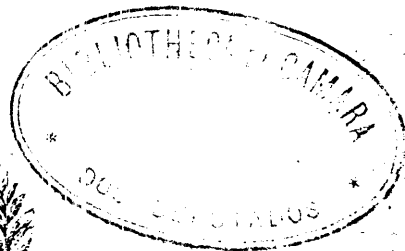


COLECCÃO DAS LEIS  
DO  
IMPERIO DO BRASIL

DE

1843

TOMO V. PARTE I.



RIO DE JANEIRO.  
REIMPRESSA NA TYPOGRAPHIA NACIONAL.

1867.

**PÁGINA ORIGINAL  
EM BRANCO**

# INDICE

DA

## COLLECÇÃO DAS LEIS

DE

1843.

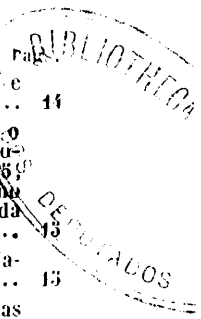
### PARTÉ 1.

	Pags.
N. 263. (c) — Decreto de 21 de Fevereiro de 1843. — Revoga a Lei de 26 de Janeiro de 1841, da Assembléa Legislativa da Provincia de Sergipe, que creou um Juizo privativo para as execuções da Santa Casa da Misericórdia da Capital da Provincia.....	1
N. 264. — Decreto de 22 de Fevereiro de 1843. — Revoga a Lei de 13 de Fevereiro de 1841, da Assembléa Legislativa da Provincia de Sergipe, que confirmou a venda de um terreno pertencente ao Encapellado da Fazenda Sapucaia.....	2
N. 265. — Decreto de 22 de Fevereiro de 1843. — Sanciona a Resolução da Assembléa Geral Legislativa, que approva diversas pensões concedidas pelo Governo, por Decreto de 23 de Outubro de 1838.....	3
N. 266. — Decreto de 14 de Março de 1843. — Sancionando a Resolução da Assembléa Geral Legislativa, pela qual o Major de 1.ª linha Joaquim Alvares de Abreu Guimarães Picaluga é declarado achar-se comprehendido no § 4.º do art. 6.º da Constituição do Imperio.....	4

(c) Por equívoco que houve na numeração não existe acto algum legislativo de n.º 262.

N. 267. — Decreto de 18 de Março de 1843. — Para se encontrarem na divida de Bartholomeu da Costa Pereira os supprimentos feitos a um destacamento na Provincia da Parahyba .....	3
N. 268. — Decreto de 22 de Março de 1843. — Revoga a Lei de 9 de Março de 1841 da Assembléa Provincial de Sergipe d'El-Rei.....	3
N. 269. — Decreto de 29 de Março de 1843. — Approva a pensão annual de 150\$000, concedida a D. Maria Fausta Eduarda Dezuzá, viuva do 2.º Tenente da Armada Nacional Christiano Lourenço Dezuzá ...	6
N. 270. — Decreto de 29 de Março de 1843. — Approva a pensão de 150\$000 concedida em partes iguaes a D. Anna Flora dos Reis Chagas, viuva do Tenente de Caçadores Francisco das Chagas, e á sua filha D. Julia dos Reis Chagas .....	7
N. 271. — Decreto de 29 de Março de 1843. — Approva a pensão annual de 100\$000, concedida a Anna de Souza Bueno, viuva do Cabo de Mariuheiros Manoel Ferreira Cardoso .....	8
N. 272. — Decreto de 29 de Março de 1843. — Approva a pensão annual de 213\$600, concedida ao Sargento da Guarda Nacional Luiz Manoel de Almeida ....	8
N. 273. — Decreto de 29 de Março de 1843. — Approva a pensão annual de 264\$000, concedida ao 2.º Tenente de Artilharia a pé Pedro Affonso Ferreira.....	9
N. 274. — Decreto de 29 de Março de 1843. — Approva a pensão annual de 180\$000, concedida ao Tenente reformado de Infantaria de 1.ª linha do Exercito João Alvaro Rosauro de Almeida .....	10
N. 275. — Decreto de 29 de Março de 1843. — Sancciona a Resolução da Assembléa Geral Legislativa que approva a pensão annual de 72\$000, concedida por Decreto de 4 de Agosto de 1842 a Antonio Pedro de Alcantara, Soldado do Corpo Policial da Provincia do Rio Grande do Norte.....	11
N. 276. — Decreto de 29 de Março de 1843. — Sancciona a Resolução da Assembléa Geral Legislativa que approva a pensão annual de meio soldo da patente de Capitão, concedida, em partes iguaes, por Decreto de 9 de Dezembro de 1842, a D. Antonja Zeferina de Mello, e sua filha menor Umbelina ..	11
N. 277. — Decreto de 3 de Abril de 1843. — Sancciona a Resolução da Assembléa Geral Legislativa, que approva a mercê pecuniaria de 110 réis diários, concedida pelo Governo a Joaquim José Velloso, Soldado reformado do Batalhão de Caçadores n.º 11 de 1.ª linha do Exercito.....	12
N. 278. — Decreto de 3 de Abril de 1843. — Revoga a Lei n.º 48 de 20 de Outubro de 1840, da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte....	13
N. 279. — Decreto de 3 de Abril de 1843. — Approva a pensão annual de 180\$000, concedida repartida-	

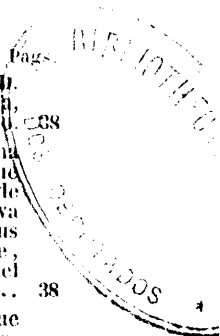
	mente a D. Maria Thomazia de Souza Moraes, e sua filha D. Anna Augusta de Moraes.....	11
N. 280.	— Decreto do 1. <sup>o</sup> de Maio de 1843. — Deroga o art. 1. <sup>o</sup> da Lei da Assembléa Legislativa da Província de Santa Catharina, de 8 de Maio de 1835, que dispôz, que a jurisdição ecclesiastica do Termo de Lages, ficasse pertencendo ao Arceprelado da mesma Província.....	13
N. 281.	— Lei de 6 de Maio de 1843. — Fixa as Forças Navaes para o anno financeiro de 1843—1844.....	13
N. 282.	— Lei de 21 de Maio de 1843. — Fixando as Forças de Terra para o anno financeiro de 1843—1844....	18
N. 283.	— Decreto de 7 de Junho de 1843. — Concedendo um credito supplementar e extraordinario para as despesas do exercicio de 1842—1843.....	20
N. 284.	— Decreto de 14 de Junho de 1843. — Applica ao julgamento dos crimes individuaes dos Membros da Assembléa Geral Legislativa o art. 170 do Código do Processo.....	23
N. 285.	— Decreto de 21 de Junho de 1843. — Autorisa o Governo para mandar vir da Italia Missionarios Capuchinhos, distribui-los pelas Provincias em missões; e concede seis loterias para acquisição ou edificação de predios, que sirvao de Hospicio aos ditos Missionarios.....	25
N. 286.	— Decreto de 8 de Julho de 1843. — Approva a pensão de 300 réis diarios concedida a Thomazia Candida de Azevedo e Silva.....	26
N. 287.	— Decreto de 19 de Julho de 1843. — Manda continuar em vigor, durante o anno financeiro de 1844—1845 as Leis n.ºs 281 e 282 de 6 e 24 do corrente anno.....	26
N. 288.	— Decreto de 9 de Agosto de 1843. — Declara comprehendido na disposição do art. 6. <sup>o</sup> § 4. <sup>o</sup> da Constituição do Imperio a José Pereira de Azevedo, Capitão do Batalhão n.º 21 de Caçadores de 1. <sup>a</sup> linha.....	27
N. 289.	— Decreto de 9 de Agosto de 1843. — Vota fundos para cumprir as condições dos arts. 4. <sup>o</sup> e 10 do contracto do casamento de Sua Alteza a Senhora Princesa D. Francisca Carolina, com o Senhor Príncipe de Joinville.....	28
N. 290.	— Decreto de 16 de Agosto de 1843. — Desliga do Morgado do Visconde d'Asseca as propriedades rusticas, ou urbanas, fôros e rendas existentes na Província e Municipio do Rio de Janeiro, que estão incorporados ao mesmo Morgado, ficando com a natureza de bens allodiaes.....	29
N. 291.	— Decreto de 30 de Agosto de 1843. — Reduz a dous annos o tempo da residencia, exigido pelo § 4. <sup>o</sup> do art. 1. <sup>o</sup> da Lei de 23 de Outubro de 1832 para a naturalisação dos estrangeiros.....	29
N. 292.	— Decreto de 30 de Agosto de 1843. — Approva a pensão concedida a Marquiza de Inhambupe....	30



N. 293. — Decreto de 13 de Setembro de 1843. — Revoga não só a Lei de 12 de Maio de 1835 da Assembléa Legislativa da Provincia de Santa Catharina, concedendo ao Hospital, que passar a crear a Veneravel Ordem da Penitencia, erecta na Capital da Provincia, a faculdade de adquirir e possuir bens de raiz; como tambem a outra de 26 de Janeiro de 1837 da Assembléa Legislativa da Provincia de S. Paulo, concedendo a confraria da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, da Capital da mesma Provincia a faculdade de possuir bens de raiz .....	30
N. 294. — Decreto de 13 de Setembro de 1843. — Autorisa o Director do Curso Juridico de Olinda a admitir a matricula do 4.º anno o alumno João da Costa Lima e Castro.....	31
N. 295. — Decreto de 14 de Setembro de 1843. — Manda que os Presidentes das Relações sejam nomeados pelo Governo, como os do Supremo Tribunal de Justiça.....	32
N. 296. — Decreto de 30 de Setembro de 1843. — Declara que os Bachareis em Letras pelo Collegio de Pedro II serão isentos de fazer exames de materias preparatorias para serem admittidos a matricula em qualquer das Academias do Imperio.....	33
N. 297. — Decreto de 30 de Setembro de 1843. — Concede ao Hospital, que foi creado pela Mesa da Ordem da Penitencia da Provincia de Santa Catharina, a permissão de adquirir bens de raiz até o valor de 10:000\$900.....	33
N. 298. — Decreto de 30 de Setembro de 1843. — Concede ao Conselheiro de Estado Visconde de S. Leopoldo o ordenado de 1:800\$000, que percebem os membros do extincto Conselho da Fazenda.....	34
N. 299. — Decreto de 30 de Setembro de 1843. — Approva a aposentadoria concedida ao Conselheiro Visconde de Gongonhas do Campo, no lugar de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.....	35
N. 300. — Decreto de 30 de Setembro de 1843. — Approva a aposentadoria concedida ao Conselheiro João de Medeiros Gomes, no lugar de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.....	34
N. 301. — Decreto de 30 de Setembro de 1843. — Para continuação da diaria de 320 réis ao Guarda da Alfandega Manoel Francisco de Mello.....	36
N. 302. — Decreto de 30 de Setembro de 1843. — Concede quatro loterias a Fructuoso Luiz da Motta, fabricante de tecidos de seda, prata e ouro; e quatro a André Gaillard; quatro a Zeferino Ferrez, ambos fabricantes de papel.....	37
N. 304. (.) — Decreto de 4 de Outubro de 1843. — Approva a disposição do Decreto de 20 de Junho de 1843, que	

(.) Por engano que houve na numeração não existe Acto algum Legislativo de N. 303.

	elevou a 600\$000 annuaes a pensão concedida a D. Antonia Zeferina de Mello, e a menor Umbelina, viuva, e filha do Capitão Joaquim Pinto de Mello.....	38
N. 305.	— Decreto de 11 de Outubro de 1843.— Sancciona a Resolução da Assembléa Geral Legislativa que approva a Pensão concedida por Decreto de 21 de Julho de 1842 a viuva D. Luiza Caetana da Silva Kelly, e por morte desta, repartidamente, a seus filhos; correspondente ao meio soldo da patente, que tinha seu marido e pai o Ténente Coronel Liberato José Feliciano Kelly.....	38
N. 306.	— Decreto de 14 de Outubro de 1843.— Extingue o Vínculo do Jaguará na Província de Minas Geraes, e dá as necessarias providencias sobre a arrematação de seus bens, applicação do producto da venda, e pagamentos de dividas.....	39
N. 307.	— Decreto de 14 de Outubro de 1843.— Approva, até a quantia de 300\$ a pensão annual de 600\$ concedida a D. Anna Juliana da Gama Lobo, e a D. Catharina Maximiana da Gama Lobo.....	40
N. 308.	— Decreto de 14 de Outubro de 1843.— Approva a pensão annual de 180\$000, concedida, sem prejuizo do meio soldo que percebe, a D. Anastacia Josefa Malcher.....	40
N. 309.	— Decreto de 14 de Outubro de 1843.— Approva a pensão annual de 120\$000, concedida a viuva de Justino Pinto Alves.....	41
N. 310.	— Decreto de 14 de Outubro de 1843.— Approva a pensão annual de 120\$000, concedida a mãe de Antonio Thomaz Borges.....	41
N. 311.	— Decreto de 14 de Outubro de 1843.— Approva a pensão annual de 120\$000, concedida a viuva do Guarda Nacional Andre Alves.....	41
N. 312.	— Decreto de 18 de Outubro de 1843.— Concede em Beneficio da Companhia de Fabricas uteis, estabelecida na Capital da Bahia, um privilegio exclusivo por dez annos, para manufacturar papel, em que a maxima parte da materia prima seja extrahida das bananeiras.....	41
N. 313.	— Decreto de 18 de Outubro de 1843.— Concedendo um credito de 2.083:527\$677 para pagamento da divida de exercicios findos, desde o anno de 1827 até o fim de Junho de 1842, liquidada até o fim de Julho de 1843.....	42
N. 314.	— Decreto de 21 de Outubro de 1843.— Sancciona a Resolução da Assembléa Geral Legislativa, que approva o soldo por inteiro, correspondente ao de uma praça do Exército, concedido por Decreto de 24 de Novembro de 1842 a Agueda Maria da Conceição, viuva de José Calisto da Costa, Soldado do Corpo Policial da Cidade da Bahia.....	44
N. 315.	— Decreto de 21 de Outubro de 1843.— Sancciona a Resolução que approva a pensão concedida por Decreto de 23 de Abril de 1842 a Potenciana Vieira	



da Silva, correspondente ao soldo por inteiro que vencia seu finado filho José Pereira da Silva, Cabo de Esquadra de Caçadores de linha da Província de Goyaz.....	44
N. 316. — Decreto de 21 de Outubro de 1843. — Revogando a Lei Provincial de Sergipe que cria um Juizo privativo para as causas da Fazenda Provincial...	43
N. 317. — Lei de 21 de Outubro de 1843. — Fixando a des- pesa e orçando a receita para os exercicios de 1843-1844 e 1844-1845.....	46
N. 318. — Decreto de 21 de Outubro de 1843. — Approva a pensão annual de 100\$000, concedida a Maximiano Baptista.....	68
N. 319. — Decreto de 21 de Outubro de 1843. — Approva a pensão annual de 360\$000, concedida a D. Eufrazia Marques Lisboa, e a seus filhos repartidamente...	63
N. 320. — Decreto de 21 de Outubro de 1843. — Approva a pensão annual de 264\$000, concedida a D. Gertrudes Maria de Souza e Carvalho, comprehendido o meio soldo a que tem direito.....	68





# COLLECCÃO DAS LEIS

DE

1843

1843.

DECRETO N. 263 (\*)—DE 21 DE FEVEREIRO DE 1843.

Revoga a Lei de 26 de Janeiro de 1841, da Assembléa Legislativa da Provincia de Sergipe, que creou um Juizo privativo para as execuções da Santa Casa da Misericordia da Capital da Provincia.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Artigo unico. Fica revogada a Lei de vinte e seis de Janeiro de mil oitocentos quarenta e um, da Assembléa Legislativa da Provincia de Sergipe, que creou um Juizo privativo para as execuções da Santa Casa da Misericordia da Capital daquella Provincia, e para o seu Hospital, Collegio e mais annexos, por não caber tal creação nas attribuições da mesma Assembléa Provincial.

---

(\*) Por equivoco que houve na numeração não existe acto algum Legislativo de n.º 262.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e um de Fevereiro de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*

---

DECRETO N. 264—DE 22 DE FEVEREIRO DE 1843.

Revoga a Lei de 13 de Fevereiro de 1841, da Assembléa Legislativa da Provincia de Sergipe, que confirmou a venda de um terreno pertencente ao Encapellado da Fazenda Sapucaia.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Artigo unico. A Lei de treze de Fevereiro de mil oitocentos quarenta e um, da Assembléa Legislativa da Provincia de Sergipe, que declara firme, e valiosa a venda, que fez Felix da Rosa e Vasconcellos ao Padre Pedro da Motta Rabello, da porção de terreno pertencente ao Encapellado da Fazenda—Sapucaia—e consta da Escriptura publica passada em cinco de Agosto de mil oitocentos vinte seis, fica revogada, por não caber nas attribuições da Assembléa Provincial.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Fevereiro de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*

---

DECRETO N. 263—DE 22 DE FEVEREIRO DE 1813.

Sancciona a Resolução da Asembléa Geral Legislativa, que approva diversas pensões concedidas pelo Governo, por Decreto de vinte tres de Outubro de mil oitocentos trinta e oito.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Ficão approvadas as pensões concedidas pelo Governo, por Decreto de vinte tres de Outubro de mil oitocentos trinta e oito, aos Soldados do Corpo de Artilharia expedicionaria João Rodrigues, e Tertuliano Domingues de Santa Anna, cem réis diários; aos Soldados do Batalhão setimo de Caçadores de primeira linha, da terceira Companhia, Hilario Ferreira, e Manoel Francisco de Oliveira; aos da quarta Francisco Gonçalves Prata, Julião Ribeiro da Silva, e Antonio José Corrêa Cantagallo; e ao da quinta José da Hora, noventa réis diários; ao Anspeçada da sexta João Lucio da Silva, noventa e cinco réis; ao Soldado da mesma Joaquim José de Santa Anna, e ao da setima Manoel Francisco Freire, noventa réis diários; ao Anspeçada da oitava Luiz Moreira de Carvalho, noventa e cinco réis diários; aos Soldados do Batalhão terceiro de Caçadores de primeira linha Domingos Antonio dos Santos, Manoel José Joaquim, Manoel Honorio, Manoel Jeronymo, Clemente José da Costa, José Rodrigues da Lomba, e João da Silva, noventa réis diários; ás Praças addidas ao Batalhão terceiro de Caçadores de primeira linha, primeiro Sargento Agostinho Xavier Sulano, duzentos réis diários; ao segundo Sargento José Antonio Lisboa, cento e quarenta réis diários; ao Cabo Mariano José Soares, cem réis diários; aos Soldados Manoel Joaquim de Souza, Bonifacio José de Santa Anna, Antonio José Alves, Domingos do Espirito Santo, Jacintho Ferreira, e Agostinho Ramos, noventa réis diários; aos Soldados do Batalhão de Caçadores de primeira linha, vindos da Cachoeira, João Martins, e Francisco Manoel, noventa réis diários; ao Alferes de Commissão addido ao Corpo de Policia, Lourenço de Souza Cardoso, vinte e dous mil réis mensaes; aos Soldados Manoel das Neves e Agostinho Cardoso, noventa réis diários.

Art. 2.º Ficão revogadas as Leis, e disposições em contrario.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Fevereiro de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*

---

DECRETO N. 266—DE 14 DE MARÇO DE 1813.

Sanccionando a Resolução da Assembléa Geral Legislativa, pela qual o Major de 1.ª linha Joaquim Alvares de Abreu Guimarães Picaluga é declarado achar-se comprehendido no paragrapho quarto do artigo sexto da Constituição do Imperio.

Art. 1.º O Major de 1.ª linha Joaquim Alvares de Abreu Guimarães Picaluga está comprehendido no paragrapho quarto do artigo sexto da Constituição do Imperio.

Art. 2.º O Governo fica autorisado para mandar pagar ao mesmo Major meio soldo de sua patente pelo tempo em que esteve fóra do serviço, com exclusão porém daquelle em que esteve ao de Portugal.

Art. 3.º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

Salvador José Maciel, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Março de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Salvador José Maciel.*

---

DECRETO N. 267—DE 18 DE MARÇO DE 1843.

Para se encontrarem na divida de Bartholomeu da Costa Pereira os supprimentos feitos a um destacamento na Província da Parahyba.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte resolução da Assembléa Geral Legislativa:

O Governo fica autorisado a encontrar na divida do fallecido Bartholomeu da Costa Pereira a importancia dos supprimentos, que o mesmo fez por ordem superior ao destacamento postado em mil oitocentos vinte e quatro na Villa do Brejo, Província da Parahyba, aos quaes não é applicavel a disposição da Lei de quinze de Novembro de mil oitocentos vinte e sete.

Joaquim Francisco Vianna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional; o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palácio do Rio de Janeiro em dezoito de Março de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Joaquim Francisco Vianna.*

---

DECRETO N. 268 — DE 22 DE MARÇO DE 1843.

Revoga a Lei de 9 de Março de 1841 da Assembléa Provincial de Sergipe d'El-Rei.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Artigo unico. Fica revogada a Lei de nove de Março de mil oitocentos quarenta e um, da Assem-

blêa Provincial de Sergipe d'El-Rei, que concede uma pensão de quatrocentos mil réis a D. Maria Florentina dos Anjos, e seus filhos, viuva, e filhos do Capitão José Alves Pereira.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Março de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*



DECRETO N. 269 — DE 29 DE MARÇO 1843.

Approva a pensão annual de cento e cincoenta mil réis, concedida a D. Maria Fausta Eduarda Dezuzá, viuva do segundo Tenente da Armada Nacional Christiano Lourenço Dezuzá.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assemblêa Geral Legislativa:

Art. 4.º Fica approvada a pensão annual de cento e cincoenta mil réis, concedida por Decreto de cinco de Abril de mil oitocentos quarenta e dous a D. Maria Fausta Eduarda Dezuzá, viuva do segundo Tenente da Armada Nacional Christiano Lourenço Dezuzá, morto ás mãos dos rebeldes na provincia do Pará.

Art. 2.º Ficão sem effeito as disposições em contrario.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio

de Janeiro em vinte nove de Março de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*

---

DECRETO N. 270 DE 29 DE MARÇO DE 1843.

Approva a pensão de cento e cincoenta mil réis concedida em partes iguaes a D. Anna Flora dos Reis Chagas, viuva do Tenente de Caçadores Francisco das Chagas, e á sua filha D. Julia dos Reis Chagas.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvada a pensão de cento e cincoenta mil réis, concedida em partes iguaes, por Decreto de onze de Novembro de mil oitocentos quarenta e um, a D. Anna Flora dos Reis Chagas, viuva do Tenente de Caçadores Francisco das Chagas, e á sua filha D. Julia dos Reis Chagas, em remuneração dos serviços por elle prestados contra os rebeldes da Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul, até que foi morto na acção do Taquary.

Art. 2.º Ficão sem effeito quaesquer disposições em contrario.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte nove de Março de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*

---

DECRETO N. 271 — DE 29 DE MARÇO DE 1843.

Approva a pensão annual de cem mil réis, concedida a Anna de Souza Bueno, viuva do Cabo de Marinheiros Manoel Ferreira Cardoso.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de cem mil réis, concedida por Decreto de dezaseis de Junho de mil oitocentos quarenta e um a Anna de Souza Bueno, viuva do Cabo de Marinheiros Manoel Ferreira Cardoso, morto em combate defendendo a integridade do Imperio, na Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul.

Art. 2.º Ficão sem effeito as disposições em contrario.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte nove de Março de mil oitocentos quarenta e tres, vigésimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*

---

DECRETO N. 272 — DE 29 DE MARÇO DE 1843.

Approva a pensão annual de duzentos e treze mil e seiscientos réis, concedida ao Sargento da Guarda Nacional Luiz Manoel de Almeida.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de duzentos e treze mil e seiscientos réis, concedida por



Decreto de onze de Outubro de mil oitocentos quarenta e um ao Sargento da Guarda Nacional Luiz Manoel de Almeida, aleijado de uma perna, e inhabilitado para continuar no serviço por lhe ter sido gravemente ferida de bala no ataque á margem direita do rio Guahyba, na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Ficão sem effeito as disposições em contrario.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e nove de Março de mil oitocentos e quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*

---

DECRETO N. 273—DE 29 DE MARÇO DE 1843.

Approva a pensão annual de duzentos e sessenta e quatro mil réis, concedida ao 2.º Tenente de Artilharia a pé Pedro Affonso Ferreira.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de duzentos e sessenta e quatro mil réis, concedida por Decreto de cinco de Julho de mil oitocentos quarenta e um ao 2.º Tenente de Artilharia a pé Pedro Affonso Ferreira, em recompensa dos serviços prestados na Provincia do Maranhão, inhabilitando-se para continuar a servir por causa das feridas, que recebeu em combate, ficando aleijado do braço direito.

Art. 2.º Ficão sem effeito as disposições em contrario.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte nove de Março de mil oitocentos e quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*

---

DECRETO N. 274--DE 29 DE MARÇO DE 1843.

Approva a pensão annual de cento e oitenta mil réis, concedida ao Tenente reformado de Infantaria de primeira linha do Exército João Alvaro Rosauro de Almeida.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de cento e oitenta mil réis, concedida por Decreto de cinco de Abril de mil oitocentos quarenta e dous, ao Tenente reformado de Infantaria de primeira linha do Exército João Alvaro Rosauro de Almeida, cego por molestia adquirida no serviço da campanha do Rio Grande de S. Pedro do Sul.

Art. 2.º Ficão sem effeito as disposições em contrario.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte nove de Março de mil oitocentos e quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*

---

DECRETO N. 275 — DE 29 DE MARÇO DE 1843.

Sancciona a Resolução da Assembléa Geral Legislativa que approva a pensão annual de setenta e dous mil réis, concedida por Decreto de quatro de Agosto de mil oitocentos quarenta e dous a Antonio Pedro de Alcantara, Soldado do Corpo Policial da Provincia do Rio Grande do Norte.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de setenta e dous mil réis, concedida por Decreto de quatro de Agosto de mil oitocentos quarenta e dous, a Antonio Pedro de Alcantara, Soldado do Corpo Policial da Provincia do Rio Grande do Norte, em attenção a ter-se invalidado por desastre acontecido em acto de serviço nacional.

Art. 2.º Ficão sem effeito as disposições em contrario.

Salvador José Maciel, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários. Palacio do Rio de Janeiro em vinte nove de Março de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Salvador José Maciel.*

DECRETO N. 276 — DE 29 DE MARÇO DE 1843.

Sancciona a Resolução da Assembléa Geral Legislativa, que approva a pensão annual de meio soldo da patente de Capitão, concedida em partes iguaes, por Decreto de nove de Dezembro de mil oitocentos quarenta e dous, a D. Antonia Zefrina de Mello, e sua filha menor Umbelina.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de meio soldo da patente de Capitão, concedida em partes

iguaes, por Decreto de nove de Dezembro de mil oitocentos quarenta e dous, a D. Antonia Zefirina de Mello, e sua filha menor Umbelina, em remuneração dos bons serviços prestados por seu finado marido e pai, o Capitão Joaquim Pinto de Mello, sem prejuizo do que lhes compita pela lei.

Art. 2.º Ficão sem effeito as disposições em contrario.

Salvador José Maciel, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palácio do Rio de Janeiro em vinte nove de Março de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestede o Imperador.

*Salvador José Maciel.*

---

DECRETO N. 277 DE 3 DE ABRIL DE 1843.

Sancciona a Resolução da Assembléa Geral Legislativa, que approva a mercê pecuniaria de cento e dez réis diários, concedida pelo Governo a Joaquim José Velloso, Soldado reformado do Batalhão de Caçadores n.º 41 de primeira linha do Exercito.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvada a mercê pecuniaria de cento e dez réis diários, concedida pelo Governo a Joaquim José Velloso, Soldado reformado do Batalhão de Caçadores n.º 41 de primeira linha do Exercito, sem prejuizo do soldo da sua reforma.

Art. 2.º Ficão sem effeito as disposições em contrario.

Salvador José Maciel, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o

tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Abril de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade e Imperador.

*Salvador José Maciel.*

---

DECRETO N. 278—DE 3 DE ABRIL DE 1843.

Revoga a Lei n.º 48 de 20 de Outubro de 1840, da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Artigo unico. Fica revogada a Lei numero quarenta e oito de vinte de Outubro de mil oitocentos e quarenta, da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte, emquanto se arroga o poder de conceder licenças para as alienações de bens de corporações de mão morta.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Abril de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*

---

DECRETO N. 279 — DE 3 DE ABRIL DE 1843.

Approva a pensão annual de cento e oitenta mil réis, concedida repartidamente a D. Maria Thomazia de Souza Moraes, e sua filha D. Anna Augusta de Moraes.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

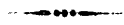
Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de cento e oitenta mil réis, concedida em partes iguaes, por Decreto de cinco de Novembro de mil oitocentos quarenta e um, a D. Maria Thomazia de Souza Moraes, e sua filha D. Anna Augusta de Moraes, em recompensa dos serviços prestados por seu fallecido marido, e pai, o Capitão de primeira linha do Exército Francisco Xavier de Moraes, morto em combate contra os rebeldes na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, sem prejuizo do meio soldo que lhe possa competir pela Lei de seis de Novembro de mil oitocentos vinte sete.

Art. 2.º Ficão sem effeito as disposições em contrario.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em tres de Abril de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*



DECRETO N. 280—DO 1.º DE MAIO DE 1843.

Deroga o artigo primeiro da Lei da Assembléa Legislativa da Provincia de Santa Catharina, de 8 de Maio de 1835, que dispoz, que a jurisdicção Ecclesiastica do Termo de Lages ficasse pertencendo ao Arciprestado da mesma Provincia.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Artigo unico. Fica derogado o art. 1.º da Lei de 8 de Maio de 1835, da Assembléa Legislativa da Provincia de Santa Catharina, que determinou, que a jurisdicção Ecclesiastica do Termo da Villa de Lages ficasse pertencendo ao Arciprestado daquella Provincia.

Honorio Hermeto Carneiro Leão, Conselheiro de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em o primeiro de Maio de mil oitocentos quarenta e tres, vigésimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Honorio Hermeto Carneiro Leão.*



LEI N. 281—DE 6 DE MAIO DE 1843.

Fixa as Forças Navaes para o anno financeiro de 1843—1844.

Dom Pedro II, por Graça de Deus, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Legislativa Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º As forças navaes activas, em tempo ordinario para o anno financeiro que ha de correr de mil oitocentos quarenta e tres a mil oitocentos

quarenta e quatro, constará de duas mil e quinhentas praças de todas as classes, e dos Navios de Guerra, que o Governo julgar conveniente armar. Em tempo extraordinario este numero de praças poderá ser elevado a quatro mil.

Art. 2.º O Corpo de Artilharia de Marinha poderá ser elevado ao seu estado completo.

Art. 3.º O Corpo de Imperiaes Marinheiros será elevado, logo que seja possivel, ao numero de doze Companhias com cento e seis praças cada uma.

Art. 4.º Além das Companhias mencionadas no artigo antecedente, haverá outra de Aprendizizes Marinheiros, que poderá ser elevada até o numero de duzentos menores de idade de dez até dezasete annos, que ficará addida ao Corpo de Imperiaes Marinheiros.

Art. 5.º Crear-se-ha na Provincia de Mato Grosso uma Companhia de Imperiaes Marinheiros para o serviço, e tripolação das Barcas Canhoneiras nella empregadas, com a mesma organização e força, quanto ás praças de pret, que tem as Companhias de Imperiaes Marinheiros desta Côrte.

Art. 6.º O Governo, para completar as Forças ora decretadas, fica autorisado para ajustar maruja a premio, Nacionais ou Estrangeiros, e para recrutar na fôrma das Leis em vigor.

Art. 7.º Fica tambem autorisado o Governo para, além do soldo, dar ás praças do Corpo de Artilharia da Marinha, que, concluindo seu tempo de serviço, quizerem nelle continuar, uma gratificação igual ao soldo de primeira praça, enquanto forem praças de pret, e a recrutar, na fôrma das Leis, as praças precisas para completar a força do referido Corpo.

Art. 8.º Os officiaes de Fazenda e Nautica, que não tem graduações, bem como os Officiaes Marinheiros, não comprehendidos no Decreto numero duzentos e sessenta do primeiro de Dezembro de mil oitocentos quarenta e um, continuarão a perceber, quando embarcados em navios armados, o meio soldo, que lhes marca a Lei de 15 de Outubro de mil oitocentos trinta e seis. Os Cirurgiões e Capellães da Armada vencerão tambem a gratificação de quarenta mil réis mensaes, quando embarcados, ou effectivamente empregado nos Hospitaes.

Art. 9.º A gratificação adicional dos cirurgiões



e Capellães de Artilharia da Marinha será também de quarenta mil réis mensaes.

Art. 10. Os Marinheiros em geral, que por motivos de serviço se inhabilitarem para continual-o activamente serão conservados com os seus vencimentos nos Arsenaes, e Estabelecimentos de Marinha, em que algum serviço possam prestar. Os inteiramente inutilisados conservarão seus vencimentos, e serão recolhidos ao Asylo de invalidos do Exercito, até que uma Lei permanente regule a sua sorte, e a daquelles.

Mandamos portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer que a cumprão, e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Marinha a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Rio de Janeiro, em seis de Maio de mil oitocentos quarenta e três, vigésimo segundo da Independencia e do Império.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

*Joaquim José Rodrigues Torres.*

*Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sancionar, para regular as Forças navaes activas no anno financeiro que ha de correr do primeiro de Julho de mil oitocentos quarenta e tres até o ultimo de Junho de mil oitocentos quarenta e quatro, na forma acima declarada.*

Para Vossa Magestade Imperial ver. — Joaquim Maria de Souza a fez.

*Honorio Hermeto Carneiro Leão.*

Sellada na Chancellaria do Imperio em 18 de Maio de 1843. — *João Carneiro ds Campos.*

Nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha foi publicada a presente Lei em 20 de Maio de 1843. — *Manoel Carneiro de Campos.*

Registrada a fl. 28 v. do Livro 4.º de Cartas de Leis. Secretaria de Estado em 22 de Maio de 1843. — *Dionizio de Azevedo Peçanha.*

LEI N. 282 — DE 24 DE MAIO DE 1843.

Fixando as Forças de Terra para o anno financeiro de 1843-1844.

Dom Pedro II, por Graça de Deus, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber aos Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Legislativa Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º As forças de terra para o anno financeiro de mil oitocentos quarenta e tres a mil oitocentos quarenta e quatro constarão:

§ 1.º Dos Officiaes de Linha de que se compõe o quadro do Exercito, e os Corpos fixos, e Companhias fixas.

§ 2.º De quinze mil praças de pret de Linha em circumstancias ordinarias, comprehendidos os Corpos ou Companhias fixas nas Provincias em que fôr necessaria esta especie de força, e de vinte mil em circumstancias extraordinarias.

§ 3.º De seiscentas quarenta e quatro praças de pret em Companhias de Pedestres.

O Governo fica autorizado para elevar, desde já, esta Força ao numero decretado, e para no prazo de um anno organisal-a, e distribuil-a, como melhor convier ao serviço publico, marcando a relação entre as differentes armas

Art. 2.º Para se completarem as Forças fixadas no artigo primeiro continuarão em vigor as disposições da Carta de Lei de vinte nove de Agosto de mil oitocentos trinta e sete, menos a parte em que a mesma Lei exime o recrutado do serviço, mediante a quantia de quatrocentos mil réis. Os novos alistados, sendo voluntarios, servirão seis annos, e oito sendo recrutados.

Art. 3.º O Governo poderá abonar ás praças dos corpos do Exercito, que podendo obter baixa, por terem completado o seu tempo de serviço, quizerem continuar a servir, uma gratificação igual ao soldo da primeira praça, enquanto forem praça de pret.

Art. 4.º A gratificação adicional dos Capellães e Cirurgiões do Exercito será de quarenta mil réis mensaes; quando, porém, os mesmos Cirurgiões forem empregados em Provincias, que se acharem

em estado de guerra, na qualidade de Directores de Hospitaes militares, em que houver mais de um Facultativo, ou como Cirurgiões-móres de Brigada, Divisão ou Forças de operações, terão a gratificação de setenta mil réis.

Art. 5.º Não havendo numero sufficiente de Cirurgiões militares, poderá o Governo ajustar por contracto os que forem necessarios, por tempo limitado, e sem preterição dos Cirurgiões effectivos do Exercito.

Mandamos portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento desta Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Guerra a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte quatro de Maio de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

*Salvador José Maciel.*

*Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, fixando as Forças de terra para o anno financeiro de 1843 a 1844.*

Para Vossa Magestade Imperial ver. — Luiz da Costa Franco e Almeida a fez.

*Honorio Hermeto Carneiro Leão.*

Sellada na Chancellaria do Imperio em 26 de Maio de 1843. — *João Carneiro de Campos.*

Registrada a fl. 218 do Livro n.º 1 das Leis. Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 26 de Maio de 1843. — *Francisco Galdino Ferreira.*

Nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra foi publicada a presente Lei em 27 de Maio de 1843. — *João Bandeira da Gouvêa.*

---

DECRETO N. 283—DE 7 DE JUNHO DE 1843.

Concedendo um credito supplementar e extraordinario para as  
despezas do exercicio de 1842—1843.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a  
seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Além das despezas do exercicio de 1842—  
1843, autorizadas pela Lei n.º 243 de 30 de Novembro  
de 1841, é o Governo autorizado para despende  
mais 5.194:718\$454, que serão distribuidos conforme  
a Tabella—A.—

Art. 2.º Ficão supprimidas na dita Lei, e nas Re-  
partições do Imperio, Justiça e Fazenda, as quantias  
constantes da Tabella—B—, e fixada a despeza geral  
deste exercicio em 25.607:206\$458.

Art. 3.º A Receita ordinaria para o mesmo exer-  
cicio, orçada na Lei referida em 16.503:000\$000, fica  
augmentada com o producto dos impostos contem-  
plados na Tabella—C— e orçada na quantia de  
49.397:836\$000.

Art. 4.º Para haver a somma necessaria para as  
despezas autorizadas no art. 1.º desta Resolução, e a  
mais que fôr mister por deficiencia da Receita orçada,  
fica o Governo autorizado a effectuar quaesquer ope-  
rações de credito, e até a emittir papel-moeda, se  
fôr isso indispensavel aos interesses do Estado.

Art. 5.º Enquanto não fôr publicada a Lei do Or-  
çamento, que deve reger no exercicio de 1843—1844,  
continuará em vigor a Lei n.º 243 de 30 de Novembro  
de 1841, considerando-se como parte della as des-  
pezas creadas por Leis posteriores. Ficão, porém, ex-  
ceptuadas as disposições dos arts. 17, 21, 28, 33, 35,  
38 e 39 da dita Lei n.º 243.

Art. 6.º O Governo fica autorizado para reformar o  
art. 252 do Regulamento de 22 de Junho de 1836, e  
os mais respectivos á formação das pautas das Al-  
landegas do Imperio.

Art. 7.º Pelos meios indicados no art. 4.º da pre-  
sente Resolução haverá o Governo os fundos neces-  
sarios para indemnisar immediatamente o cofre Pro-  
vincial de S. Paulo das sommas a elle pertencentes,  
de que o mesmo Governo se servio por occasião da  
rebellião, que ultimamente appareceu na dita Pro-  
vincia. Pela mesma maneira haverá a somma de  
42:000\$000 para indemnisação de igual quantia, que

o Thesouro Publico deve aos cofres Provinciaes do Pará, por empréstimos feitos por estes áquelle em 1839 e 1840.

Art. 8.º O Governo dará conta da despesa autorizada por esta Lei, conjunctamente com a autorizada pela respectiva Lei do Orcamento.

Art. 9.º Ficão revogadas todas as Leis e disposições em contrario.

Joaquim Francisco Vianna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em sete de Junho de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Joaquim Francisco Vianna.*

TABELLA—A.

MINISTERIO DO IMPERIO.

Art. 2.º Paragraphos additivos.		
Acquisição de predios para habitação de S. A. I. e seu Augusto		
Esposo .....	120:000\$000	
Enxoval .....	100:000\$000	
Conselho de Estado .....	28:800\$000	
Ajuda de custo dos Deputados da Camara dissolvida, e vinda dos da convocada em lugar della....		
§ 16. Correo Geral e paquetes de vapor.....	202:000\$000	
		550:800\$000

MINISTERIO DA JUSTIÇA.

Art. 3.º § 1.º Secretaria de Estado.....		
	5:250\$000	
Paragraphos additivos.		
Ordenado dos Juizes de Direito das Provincias que não recebem supplemento da Renda Geral.....		
	57:000\$000	
Despezas com os Empregados da justiça de primeira instancia, creados pela Reforma do Codigo.		
	180:440\$000	
		242:690\$000

MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS.

Art. 4.º § 1.º Secretaria de Estado.....	630\$000
Paragraphos additivos.....	
Despezas no exterior com o Casamento de Sua Magestade o Imperador ao cambio de 67 1/2....	60:000\$000
Resto do pagamento das reclamações Brasileiras e Portuguezas...	557:784\$920
§ 6.º Diferença de cambio nas quantias a despeuder no exterior, calculado a 26 1/2.....	171:581\$425

780:966\$345

MINISTERIO DA MARINHA.

Art. 5.º § 1.º Secretaria de Estado e Secção de Contabilidade....	7:119\$200
§ 5.º Corpo da Armada e classes annexas.....	79:690\$200
§ 6.º Artilharia da Marinha.....	2:705\$640
§ 10. Força Naval.....	452:790\$000
§ 16. Reformados.....	1:147\$560
§ 17. Eventuaes.....	20:000\$000

563:452\$600

MINISTERIO DA GUERRA.

Art. 6.º § 1.º Secretaria de Estado, Contadoria Geral de Guerra, Pagadoria de Tropas e Secretaria do Arsenal.....	17:100\$000
§ 3.º Commando d'armas.....	6:412\$800
§ 11. Guarda Nacional na Provincia de S. Pedro e nas outras do Imperio.....	800:000\$000
§ 12. Hospitaes regimentaes.....	27:536\$000
§ 15. Compra de armamento.....	102:000\$000
§ 16. Gratificação de campanha na Provincia de S. Pedro.....	146:979\$275
Paragraphos additivos.....	
Augmento de soldos.....	168:132\$000
Remonta do Exercito.....	240:000\$000
Barraes de vapor para transportes..	300:461\$000
Commissarios Fiscaes.....	6:730\$000

1.815:351\$075

MINISTERIO DA FAZENDA.

Art. 7.º § 1.º Juros e commissoes respectivas, correspondentes ao capital de £ 622.702»1»3, saldo do ajuste de contas entre o Brasil e Portugal, conforme a Convenção de 22 de Julho de 1812, vencidos neste

semestre, a saber: £ 18,681.06 que,		
ao cambio de 26 1/2, orça em.....	169:189\$132	
Differença entre o cambio de 30 1/2		
por que forão calculados os juros		
da divida externa, e o de 26 1/2		
que é o actual da Praça.....	337:759\$653	
§ 2.º Divida interna fundada.....	96:216\$131	
§ 4.º Pensionistas do Estado.....	22:000\$000	
§ 5.º Aposentados.....	36:000\$000	
§ 9.º Alfandegas.....	26:310\$000	
Paragraphos additivos.		
Juizos dos Feitos da Fazenda.....	36:000\$500	
Encomenda de papel para subs-		
tuição do circulante.....	63:396\$223	
Indemnisação ao cofre Provincial		
do Pará pelo empréstimo que fez		
ao Geral em 1839 e 1840.....	42:000\$000	
Premios e corretagens para se rea-		
lisar os meios para se occorrer ao		
deficit.....	399:027\$292	1.229:458\$134
		<hr/>
		5.191:718\$154

Rio de Janeiro em 7 de Junho de 1843. — *Joaquim Francisco Vianna.*

# TABELLA—B.

SUPPRESSÕES FEITAS NA LEI DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 1842 A 1843 A QUE SE REFERE O ART. 2.º DA LEI.

## *Ministerio do Imperio.*

Art. 2.º § 7.º Camara de Sena-		
dores e Secretaria.....	32:200\$000	
§ 8.º Camara dos Deputados idem.	36:000\$000	
§ 18. Construcção do monumento		
no Ypiranga.....	4:000\$000	
	<hr/>	72:200\$000

## *Ministerio da Justiça.*

Art. 3.º § 3.º Relações.....	38:000\$000	
§ 6.º Bispos e Relações Ecclesias-		
ticas.....	6:000\$000	
§ 9.º Capella Imperial.....	10:000\$000	
§ 13. Municipaes Permanentes...	39:000\$000	
	<hr/>	93:000\$000

*Ministerio da Fazenda.*

Art. 7.º § 1.º Amortisação da divida externa e commissões respec- tivas ao cambio de 43. 1/8.....	553:150\$000	
Idem. Na differença de cambio dito e o de 30 1/2, calculado neste artigo da Lei relativamente a quantia supra.....	230:328\$000	
§ 2.º Amortisação da divida in- terna, e juros das Apolices amor- tisadas.....	637:884\$000	
		<hr/> 1.421:362\$000
		<hr/> 1.586:562\$000

Rio de Janeiro em 7 de Junho de 1843. — *Joaquim Francisco Vianna.*

TABELLA—C.

AUGMENTO DA RECEITA ORDINARIA DO EXERCICIO DE 1842—1843, A QUE  
SE REFERE O ART. 3.º DA LEI.

Importancia do producto de 1 1/2 por cento applicada à caução de um semestre de juros e amortisação em Londres.....	508:635\$000
Idem de 2 1/2 por cento, e mais impostos applicados á queima do papel-moeda.....	1.836:171\$000
O que poderá produzir o emprestimo do cofre dos Orphãos no corrente exercicio, deduzidos os paga- mentos exigidos do anno.....	200:000\$000
Augmento proveniente de algumas Rendas do Muni- cipio e das Provincias, em virtude dos novos Regu- lamentos.....	300:000\$000
	<hr/> 2.894:856\$000

Rio de Janeiro em 7 de Junho de 1843. — *Joaquim Francisco Vianna.*



DECRETO N. 284 — DE 14 DE JUNHO DE 1843.

Applica ao julgamento dos crimes individuaes dos Membros da Assembléa Geral Legislativa o artigo cento e setenta do Código do Processo.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º O artigo cento e setenta do Código do Processo é applicavel ao julgamento dos crimes individuaes dos Membros da Assembléa Geral Legislativa

Art. 2.º Ficão revogadas todas as Leis e disposições em contrario.

Honorio Hermeto Carneiro Leão, Conselheiro de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Junho de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Honorio Hermeto Carneiro Leão.*

---

DECRETO N. 285 — DE 21 DE JUNHO DE 1843.

Autorisa o Governo para mandar vir da Italia Missionarios Capuchinhos, distribuill-os pelas Provincias em Missões; e concede seis Loterias para aquisição ou edificação de predios, que sirvão de Hospicios aos ditos Missionarios.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º O Governo fica autorisado a fazer as despesas necessarias para mandar vir da Italia Missionarios Capuchinhos, que distribuirá pelas Provincias, onde as Missões puderem ser de maior proveito, tendo o seu centro nesta Córte.

Art. 2.º Fica igualmente autorisado para fazer correr seis Loterias, segundo o plano das concedidas á Santa Casa da Misericordia desta Côrte, cujo producto será applicado:

§ 1.º A aquisição ou edificação de predios, que sirvão de Hospícios aos ditos Missionarios, quando não haja edificios publicos, ou Conventos, que possão ter essa applicação.

§ 2.º As despezas, que possão ser necessarias nesses predios, ou Igrejas, e Capellas respectivas.

§ 3.º A qualquer despeza extraordinaria, que seja indispensavel fazer com as sobreditas Missões.

Art. 3.º Ficão revogadas quaesquer disposições Legislativas em contrario.

Honorio Hermeto Carneiro Leão, Conselheiro de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em vinte um de Junho de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Honorio Hermeto Carneiro Leão.*

---

DECRETO N. 286 — DE 8 DE JULHO DE 1843.

Approva a Pensão de quinhentos réis diarios concedida á Thomazia Candida de Azevedo e Silva.

---

DECRETO N. 287—DE 49 DE JULHO DE 1843.

Manda continuar em vigor, durante o anno financeiro de 1844 a 1843 as Leis n.ºs 281 e 282 de 6 e 24 do corrente anno.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. Unico. As Leis de numeros duzentos e oitenta e um e duzentos oitenta e dous de seis e vinte

quatro de Maio do corrente anno, que fixarão as Forças Navaes e de Terra para o anno financeiro de mil oitocentos quarenta e tres a mil oitocentos quarenta e quatro, continuão em vigor durante o anno financeiro de mil oitocentos quarenta e quatro a mil oitocentos quarenta e cinco.

Joaquim José Rodrigues Torres, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezanove de Julho de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Joaquim José Rodrigues Torres.*

---

• DECRETO N. 288 — DE 9 DE AGOSTO DE 1843.

Declara comprehendido na disposição do artigo sexto paragrapho quarto da Constituição do Imperio a José Pereira de Azevedo, Capitão do Batalhão numero vinte e um de Caçadores da primeira Linha.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º José Pereira de Azevedo, Capitão do Batalhão numero vinte um de Caçadores da primeira Linha, está comprehendido na disposição do artigo sexto paragrapho quarto da Constituição do Imperio.

Art. 2.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça exe-

cutar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Agosto de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*

---

DECRETO N. 289 — DE 9 DE AGOSTO DE 1843.

Vota fundos para cumprir as condições dos artigos quarto e decimo do contracto do Casamento de Sua Alteza a Senhora Princeza D. Francisca Carolina, com o Senhor Principe de Joinville.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Artigo unico. O Governo é autorizado para haver por emprestimo a quantia equivalente a um milhão de francos, e mais sem contos de réis em moeda corrente, assim como para emittir mil contos de réis em Apolices da Divida Publica para cumprimento das condições estipuladas nos artigos quarto e decimo do Contracto de Casamento de Sua Alteza a Senhora Princeza Dona Francisca Carolina com Sua Alteza Real o Senhor Principe de Joinville, celebrado em vinte dous de Abril do corrente anno: ficando outrosim autorizado para fazer as despesas necessarias com a medição das terras concedidas naquelle contracto.

Joaquim Francisco Vianna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Agosto de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segunda da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Joaquim Francisco Vianna.*

---

DECRETO N. 290—DE 16 DE AGOSTO DE 1843

Desliga do Morgado do Visconde d'Asseca as Propriedades rusticas, ou urbanas, foros e rendas existentes na Provincia e Municipio do Rio de Janeiro, que estão incorporados ao mesmo Morgado, ficando com a natureza de bens allodiaes.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

Art. 1.º As Propriedades rusticas, ou urbanas, foros, e rendas existentes na Provincia do Rio de Janeiro, que estão incorporadas ao Morgado do Visconde d'Asseca, ficão desligadas do mesmo Morgado, e com a natureza de bens allodiaes, para que possam ser alienadas, uma vez que essa alienação não prejudique a terceiro.

Art. 2.º Ficão revogadas, sómente para esse fim, quaesquer disposições em contrario.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezaseis de Agosto de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*

---

DECRETO N. 291 — DE 30 DE AGOSTO DE 1843.

Reduz a dous annos o tempo da residencia, exigido pelo paragrapho quarto do artigo primeiro da Lei de vinte e tres de Outubro de mil oitocentos trinta e dous para a naturalisação dos estrangeiros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º O tempo de residencia, exigido pelo artigo primeiro paragrapho quarto da Lei de vinte

tres de Outubro de mil oitocentos trinta e dous, para que possa ter lugar a naturalisação dos estrangeiros, fica reduzido a dous annos.

Art. 2.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Agosto de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador

*José Antonio da Silva Maia.*

---

DECRETO N. 292 — DE 30 DE AGOSTO DE 1843.

Approva a pensão concedida á Marquiza de Inhambupe.

---

DECRETO N. 293 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1843.

Revoga não só a Lei de doze de Maio de mil oitocentos trinta e cinco da Assembléa Legislativa da Provincia de Santa Catharina, concedendo ao Hospital, que passar a crear a Veneravel Ordem da Penitencia, erecta na Capital da Provincia, a faculdade de adquirir e possuir bens de raiz; como tambem a outra de vinte seis de Janeiro de mil oitocentos trinta e sete da Assembléa Legislativa da Provincia de S. Paulo, concedendo á Confraria da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, da Capital da mesma Provincia, a faculdade de possuir bens de raiz.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 4.º Fica revogada a Lei de doze de Maio de mil oitocentos trinta e cinco da Assembléa Legisla-

tiva da Provincia de Santa Catharina, que concedeu ao Hospital, que passar a crear a Mesa da Veneravel Ordem da Penitencia, erecta na Capital daquella Provincia, a faculdade de adquirir e possuir em bens de raiz até o valor de dez contos de réis.

Art. 2.º Fica revogada a Lei de vinte seis de Janeiro de mil oitocentos trinta e sete da Assembléa Legislativa da Provincia de S. Paulo, pela qual foi concedida á Confraria da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, erecta na Capital daquella Provincia, a faculdade de adquirir por titulo gratuito e de possuir em bens de raiz até a quantia de cem contos de réis, vinte dos quaes poderá adquirir por qualquer dos titulos em direito reconhecido.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado, dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Setembro de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*



#### DECRETO N.º 294 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1843.

Autoriza o Director do Curso Juridico de Olinda a admittir á matricula do primeiro anno o alumno João da Costa Lima e Castro.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O Director do Curso Juridico de Olinda fica autorisado a admittir á matricula do primeiro anno o alumno João da Costa Lima e Castro, não obstante o lapso de tempo fixado para a mesma, e a falta de exame de Geographia e Historia.

Art. 2.º Fica igualmente autorisado a admittil-o a fazer acto do primeiro anno, quando se mostre

em tudo o mais habilitado na forma dos Estatutos ; mas não o admitirá á matricula do segundo, sem que apresente certidão de haver sido approvado nas materias daquelle exame.

Art. 3.º Fica suspensa para este fim tão sómente a Lei em contrario.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro o Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos neseccarios. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Setembro de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*



DECRETO N. 293 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1843.

Manda que os Presidentes das Relações sejam nomeados pelo Governo, como os do Supremo Tribunal de Justiça.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Os Presidentes das Relações serão nomeados pelo Governo, como os do Supremo Tribunal de Justiça.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Honorio Hermeto Carneiro Leão, Conselheiro de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Setembro de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Honorio Hermeto Carneiro Leão.*





DECRETO N. 296 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1843.

Declara que os Bachareis em letras pelo collegio de Pedro II serão isentos de fazer exames de materias preparatorias para serem admittidos á matricula em qualquer das Academias do Imperio.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Os Bachareis em letras pelo collegio de Pedro Segundo serão isentos de fazer exame de materias preparatorias para serem admittidos á matricula em qualquer das Academias do Imperio, logo que apresentem seus Diplomas; ficando approvada a disposição do artigo duzentos trinta e cinco do Regulamento numero oitavo de trinta e um de Janeiro de mil oitocentos trinta e oito.

Art. 2.º O exame das materias, de que trata o artigo antecedente, feito em alguma das Academias do Imperio, será valido em todas.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Setembro de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*



DECRETO N. 297 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1843.

Concede ao Hospital, que fôr creado pela Mesa da Ordem da Penitencia da Provincia de Santa Catharina, a permissão de adquirir bens de raiz até o valor de dez contos de réis.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Artigo unico. E' permittido ao Hospital, que passar a crear a Mesa da Veneravel Ordem da Penitencia da

Provincia de Santa Catharina, adquirir, e possuir bens de raiz até o valor de dez contos de réis, sem embargo das Leis que prohibem a amortização e que para esse effeito ficão dispensadas.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Setembro de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*

---

DECRETO N. 298 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1843.

Concede ao Conselheiro de Estado Visconde de S. Leopoldo o ordenado de um conto e oitocentos mil réis, que percebem os Membros do extinto Conselho da Fazenda.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Artigo unico. Fica concedido ao Conselheiro de Estado Visconde de S. Leopoldo o ordenado de um conto e oitocentos mil réis, que percebem os Membros do extinto Conselho da Fazenda.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Setembro de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*

---

DECRETO N. 299 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1843.

Approva a aposentadoria concedida ao Conselheiro Visconde de Congonhas do Campo, no lugar de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvada a aposentadoria concedida pelo Decreto de tres de Março de mil oitocentos quarenta e dous ao Conselheiro Visconde de Congonhas do Campo, no lugar de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, com vencimento de seu ordenado por inteiro.

Art. 2.º Ficão revogadas todas as Leis e disposições em contrario.

Honorio Hermeto Carneiro Leão, Conselheiro de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em trinta de Setembro de mil oitocentos quarenta e tres, vigésimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Honorio Hermeto Carneiro Leão.*

---

DECRETO N. 300 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1843.

Approva a aposentadoria concedida ao Conselheiro João de Medeiros Gomes, no lugar de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica approvada a aposentadoria concedida pelo Governo ao Conselheiro João de Medeiros Gomes, no lugar de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, por Decreto de quatorze de Outubro de mil oitocentos quarenta e dous, com o seu ordenado por inteiro.

Art. 2.º Ficão revogadas todas as Leis e disposições em contrario.

Honorio Hermeto Carneiro Leão, Conselheiro de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Setembro de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Honorio Hermeto Carneiro Leão.*

---

DECRETO N. 301 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1843.

Para continuação da diaria de trezentos e vinte réis ao Guarda da Alfandega Manoel Francisco de Mello.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Manoel Francisco de Mello, aposentado no lugar de Guarda da Alfandega desta Capital, tem direito a se lhe continuar o pagamento da diaria de trezentos e vinte réis, que lhe fôra concedida por Portaria do Tribunal do Thesouro em seis de Abril de mil oitocentos vinte e cinco, e a ser pago do que se lhe estiver devendo desde que foi suspensa a mesma diaria.

Art. 2.º Ficão sem effeito as disposições em contrario.

Joaquim Francisco Vianna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Setembro de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Joaquim Francisco Vianna.*

---

DECRETO N. 302—DE 30 DE SETEMBRO DE 1843.

Concede quatro Loterias a Fructuoso Luiz da Motta, fabricante de tecidos de seda, prata e ouro; e quatro a André Gaillard; quatro a Zeferino Ferrez, ambos Fabricantes de papel.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º São concedidas quatro Loterias a Fructuoso Luiz da Motta, fabricante de tecidos com fio de seda, ouro e prata; quatro a André Gaillard; e quatro a Zeferino Ferrez, ambos fabricantes de papel.

Art. 2.º Os concessionarios ficão obrigados a applicar o liquido producto das mesmas Loterias ao melhoramento de suas fabricas; e dous annos depois da extracção da ultima, a entrarem annualmente para o Thesouro com seis por cento daquella quantia até effectiva amortização.

Art. 3.º O Governo fica autorisado a dar as providencias necessarias, não só para que esta concessão tenha a devida applicação, como tambem para que se cumprão exactamente as condições, a que esta Resolução fica sujeita.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Setembro de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio. •

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*

---

DECRETO N. 301 <sup>(1)</sup> — DE 4 DE OUTUBRO DE 1843.

Approva a disposição do Decreto de vinte de Junho de mil oitocentos quarenta e tres, que elevou a seiscentos mil réis annuaes a Pensão concedida á D. Antonia Zeferina de Mello, e á menor Umbelina, viuva, e filha do Capitão Joaquim Pinto de Mello.

---

DECRETO N. 305 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1843.

Sancciona a Resolução da Assembléa Geral Legislativa que approva a Pensão concedida por Decreto de 21 de Julho de 1842 á viuva D. Luiza Caetana da Silva Kelly, e por morte desta, repartidamente, a seus filhos; correspondente ao meio soldo da Patente, que tinha seu marido e pai o Tenenie Coronel Liberato José Feliciano Kelly.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Artigo unico. Fica approvada a Pensão concedida pör Decreto de vinte um de Julho de mil oitocentos quarenta e dous á viuva D. Luiza Caetana da Silva Kelly, e por morte desta, repartidamente, a seus filhos; correspondente ao meio sôldo da Patente que tinha seu marido e pai o Tenente Coronel Liberato José Feliciano Kelly, morto em consequencia de um desastre, que lhe sobreveio, achando-se em campanha na Provincia de S. Paulo em defeza da legalidade; e sem prejuizo do que por Lei lhes possa competir.

Salvador José Maciel, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em onze de Outubro de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independência e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Salvador José Maciel.*

---

(1) Por engano que houve na numeração não existe Acto algum Legislativo de N. 303.

DECRETO N. 306 — DE 14 DE OUTUBRO DE 1843.

**Extingue o Vinculo do Jaguára na Provincia de Minas Geraes, e dá as necessarias providencias sobre a arrematação de seus bens, applicação do producto da venda, e pagamentos de dividas.**

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica extinto o Vinculo do Jaguára na Provincia de Minas Geraes.

Art. 2.º Os bens do vinculo, ou sejam moveis, de raiz, ou semoventes, e ainda direitos, e acções, depois de avaliados competentemente, serão arrematados, a quem maior preço offerecer á vista, ou no triduo: e os Templos, e alfaias, depois de estimados, serão entregues ao arrematante da respectiva Fazenda, o qual pagará o valor da estimação juntamente com o preço da arrematação.

§ 1.º Não se procederá na arrematação de uma Fazenda, senão depois do termo de sessenta dias seguintes ao dia em que se fixar o Edital de praça na Cidade, e na paragem, ou districto do uizo de Paz respectivo ao lugar em que estiver situada cada uma Fazenda.

§ 2.º Arrematada uma Fazenda, só poderá arrematar-se outra depois de oito dias seguintes, e assim se procederá nas mais arrematações que se houverem de fazer.

§ 3.º O producto da arrematação, e estimação dos bens do Vinculo, será remettido á Thesouraria Provincial, que o receberá, e empregará em Apolices da Divida Publica Geral, ou Provincial, cobrando todos os seis mezes o juro das mesmas Apolices para satisfazer aos fins do Instituidor pela maneira designada no artigo seguinte.

Art. 3.º A ametade do juro annual das Apolices, será applicada para pagamento das dividas, com que presentemente se acha onerado o Vinculo, até completa satisfação dos credores. A outra ametade será dividida em cinco partes, das quaes uma pertencerá aos herdeiros do Instituidor, outra para a fundação de um Hospital de Lazaros na Cidade do Sabará, outra para educação de certo numero de meninas pobres no Recolhimento de Macahubas, e as duas ultimas para mantença do Hospital, já existente na Cidade do Sabará.

Art. 4.º Pagas todas as dividas, será permittido aos herdeiros do Instituidor receber as Apolices na quinta parte, que lhes compete, de cuja propriedade poderão livremente dispor; e os quatro quintos restantes, unidos á parte, que estava applicada aos dous Hospitaes, e ao Recolhimento de Macahubas, terão igual destino.

Art. 5.º Emquanto se não começar a construir o Hospital de Lazaros, e se não der ao Recolhimento de Macahubas um Regulamento, as quotas respectivas conservar-se-hão guardadas em os Cofres Provinciales.

Art. 6.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Outubro de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*

---

DECRETO N. 307—DE 14 DE OUTUBRO DE 1843.

Approva, até a quantia de trezentos mil réis, a pensão annual de seiscentos mil réis concedida á D. Anna Juliana da Gama Lobo, e á D. Catharina Maximiana da Gama Lobo.

---

DECRETO N. 308—DE 14 DE OUTUBRO DE 1843.

Approva a pensão annual de cento e oitenta mil réis, concedida, sem prejuizo do meio soldo que percebe, á D. Anastacia Josefa Malcher.

---



**DECRETO N. 309—DE 14 DE OUTUBRO DE 1843.**

**Approva a Pensão annual de cento e vinte mil réis, concedida  
à viuva de Justino Pinto Alves.**

---

**DECRETO N. 310—DE 14 DE OUTUBRO DE 1843.**

**Approva a Pensão annual de cento e vinte mil réis, concedida  
à mãe de Antonio Thomaz Borges:**

---

**DECRETO N. 311—DE 14 DE OUTUBRO DE 1843.**

**Approva a pensão annual de cento e vinte mil réis, concedida  
à viuva do Guarda Nacional André Alves.**

---

**DECRETO N. 312 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1843.**

**Concede, em beneficio da Companhia de Fabricas uteis, estabelecida na Capital da Bahia, um privilegio exclusivo por dez annos, para manufacturar papel, em que a maxima parte da materia prima seja extrahida das bananeiras.**

**Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:**

**Art. 1.º E' concedido á Companhia de Fabricas uteis, estabelecida na Capital da Provincia da Bahia, o privilegio exclusivo, por tempo de dez annos, de manufacturar na mesma Provincia papel, cuja materia prima seja pela maior parte o tronco, ou folhas de bananeira. Esta concessão porém ficará sem vigor, se dentro de anno e meio não trabalhar a dita fabrica.**

Art. 2.º O papel assim manufacturado, bem como outro qualquer producto da bananeira, serão pelo mesmo tempo de dez annos, livres de quaesquer direitos de consumo e exportação.

Art. 3.º Serão dispensados do serviço da Guarda Nacional pelo mesmo tempo até seis empregados, e trabalhadores da mesma fabrica.

Art. 4.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Antonio da Silva Maia, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Outubro de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*José Antonio da Silva Maia.*

---

DECRETO N. 313 —DE 18 DE OUTUBRO DE 1843.

Concedendo um credito de dous mil oitenta e tres contos quinhentos e vinte e sete mil seiscentos e setenta e sete réis para pagamento da divida de Exercicios findos, desde o anno de 1827 até o fim de Junho de 1842, liquidada até o fim de Julho de 1843.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º E' aberto ao Governo um credito da quantia de dous mil oitenta e tres contos quinhentos e vinte e sete mil seiscentos e setenta e sete réis para pagamento da divida de Exercicios findos, desde o anno de mil oitocentos vinte e sete até Junho de mil oitocentos quarenta e dous, liquidada até o fim de Julho de mil oitocentos quarenta e tres, e constantes das Tabellas annexas á presente Lei, a

qual será distribuida pelos diversos Ministerios na forma seguinte :

Pelo Ministerio do Imperio.	34:931\$397
Pelo da Justiça .....	24:242\$120
Pelo dos Estrangeiros .....	11:671\$497
Pelo da Marinha.....	733:732\$590
Pelo da Guerra.....	1.021:704\$816
Pelo da Fazenda.....	257:245\$057

Art. 2.º O Governo pagará a referida divida , ou com o producto de Apolices da Divida Publica, que fica autorizado para emittir, outdando-as directamente aos credores, pelo preço que com elles conventionar.

Art. 3.º O Governo dará conta da despeza autorizada por esta Lei, conjunctamente com a do Exercício corrente (1843—1844) sobre a rubrica—Exercícios findos — nos termos prescriptos pelo Decreto de vinte de Fevereiro de mil oitocentos e quarenta.

Art. 4.º O credito aberto pela presente Lei será exclusivamente empregado no pagamento da divida de Exercícios findos, liquidada até Julho de mil oitocentos quarenta e tres.

Art. 5.º Na mesma occasião, em que o Ministerio da Fazenda apresentar o Balanço definitivo de cada Exercício, offerecerá tambem uma Proposta de Lei para a approvação das contas desse Exercício, fixando definitivamente tanto a Reccita e Despeza a elle pertencentes, como aos anteriores.

Art. 6.º Nas contas que acompanharem a referida Proposta, o Governo não só justificará todos os excessos de despeza que houver em cada artigo da Lei respectiva, para que não tenha sido sufficiente o credito votado, mas tambem dará as razões por que não forão despendidas sommas concedidas para serviços, que se não tenham realisado.

Joaquim Francisco Vianna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Outubro de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Joaquim Francisco Vianna.*

DECRETO N. 314—DE 21 DE OUTUBRO DE 1843.

Sancciona a Resolução da Assembléa Geral Legislativa, que approva o soldo por inteiro, correspondente ao de uma praça do Exercito, concedido por Decreto de 24 de Novembro de 1842 a Agueda Maria da Conceição, viuva de José Calisto da Costa, Soldado do Corpo Policial da Cidade da Bahia.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução sêguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Artigo unico. Fica approvedo o soldo por inteiro, correspondente ao de uma praça do Exercito, concedido por Decreto de vinte quatro de Novembro de mil oitocentos quarenta e dous a Agueda Maria da Conceição, viuva de José Calisto da Costa, Soldado do Corpo Policial da Cidade da Bahia, morto no ataque de Itapagipe, pugnando em defesa da legalidade.

Salvador José Maciel, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte um de Outubro de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Salvador José Maciel.*

---

DECRETO N. 313—DE 21 DE OUTUBRO DE 1843.

Sancciona a Resolução que approva a pensão concedida por Decreto de 23 de Abril de 1842 a Potenciana Vieira da Silva, correspondente ao soldo por inteiro que vencia seu finado filho José Pereira da Silva, Cabo de Esquadra de Caçadores de Linha da Provincia de Goyaz.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a sêguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Artigo unico. Fica approveda a pensão concedida por Decreto de vinte tres de Abril de mil oitocentos

quarenta e dous a Potenciana Vieira da Silva, correspondente ao soldo por inteiro que vencia seu finado filho José Pereira da Silva, Cabo de Esquadra de Caçadores de Linha da Provincia de Goyaz.

Salvador José Maciel, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, o tenha assim entendido, e expeça os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte um de Outubro de mil oitocentos quarenta e tres, vigésimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Salvador José Maciel.*

---

DECRETO N. 316 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1843.

Revogando a Lei Provincial de Sergipe que crêa um Juizo privativo para as causas da Fazenda Provincial.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Artigo unico. Ficão derogados os artigos um, dous, tres, quatro, cinco, seis, sete, oito e nove da Lei de sete de Março de mil oitocentos trinta e nove da Assembléa Legislativa da Provincia de Sergipe, pelos quaes foi creado um Juizo privativo para as causas da Fazenda Publica Provincial, mandando avocar as causas pendentes, e fixando a alçada da Relação do Districto.

Joaquim Francisco Vianna, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em vinte um de Outubro de mil oitocentos quarenta e tres, vigésimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Joaquim Francisco Vianna.*

---

LEI N. 317—DE 21 DE OUTUBRO DE 1843.

Fixando a Despeza e orçando a Receita para os exercícios de 1843—1844, e 1844—1845.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deus, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil, Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte.

CAPITULO I.

*Despeza Geral.*

Art. 1.º A Despeza Geral do Imperio para o exercicio de 1843—1844 é fixada na quantia de 23.797:248\$327

A qual será distribuida pelos seis diversos Ministerios na fôrma especificada nos seguintes artigos.

Art. 2.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio é autorizado para despende com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de..... 2.644:544\$000

A saber:

1.º Dotação de Sua Magestade o Imperador .....	800:000\$000
2.º Dita de Sua Magestade a Imperatriz.....	96:000\$000
3.º Alimentos de Suas Altezas Imperiaes.....	30:000\$000
4.º Dotação de Sua Magestade Imperial a Duquesa de Bragança.....	50:000\$000
5.º Ordenados e gratificações dos Mestres da Família Imperial, supprimidas as gratificações dos que não estejam em exercicio.....	8:400\$000
6.º Secretaria de Estado .....	33:400\$000
7.º Conselho de Estado.....	28:800\$000
8.º Presidentes de Provincias, incluída a quantia de 3:000\$000 para	

despeza com aluguel de edificios para residencia dos mesmos .....	90:000\$000
9.ª Camara dos Senadores e Secre- taria.....	490:000\$000
10. Dita dos Deputados, idem.....	259:729\$000
11. Cursos Juridicos.....	70:000\$000
12. Escolas de Medicina.....	80:000\$000
13. Academia de Bellas Artes.....	10:624\$000
14. Museo.....	5:000\$000
15. Junta do Commercio.....	48:270\$000
16. Archivo Publico.....	4:000\$000
17. Empregados de visita de saude nos portos maritimos.....	46:030\$000
18. Correio Geral e Paquetes de vapor, devendo os vapores da car- reira do Norte tocar nos portos da Parahyba e Rio Grande do Norte....	582:000\$000
19. Canaes, pontes e estradas geraes.....	80:000\$000
20. Exploração de minas e carvão.	6:000\$000
21. Catechese e civilisação de In- dios, ficando o Governo autorizado para dar Regulamentos ás Missões, e para pol-os em execução.....	46:000\$000
22. Colonisação.....	40:000\$000
23. Eventuaes .....	25:000\$000

NO MUNICIPIO DA CÔRTE.

24. Escolas menores de Instrucção Publica, incluida a quantia de 2:400\$ para aluguel de casas ás Professoras de primeiras lettras das Freguezias do Sacramento, Santa Anna, Santa Rita, Gloria, Candelaria e S. José.....	31:865\$000
25. Bibliotheca Publica.....	8:998\$000
26. Jardim Botanico da Lagôa de Rodrigo de Freitas .....	9:939\$000
27. Dito do Passeio Publico.....	3:400\$000
28. Vaccina.....	3:220\$000
29. Instituto Historico.....	2:000\$000
30. Imperial Academia de Medi- cina.....	1:600\$000
31. Obras Publicas, conservação de todos os aqueductos e fontes; e pagamentos dos Empregados e Guar-	

das, incluída a quantia de 6:000\$ para continuação das obras do Collegio de Pedro II.....	74:302\$000
32. Exercícios findos .....	\$

Art. 3.º O Ministro e Secretario de Estado dos Ne-  
gocios da Justiça é autorisado para despende com  
os objectos designados nos seguintes paragraphos a  
quantia de..... 4.553:475\$137

A saber:

1.º Secretaria de Estado.....	33:300\$000
2.º Tribunal Supremo de Justiça..	69:933\$334
3.º Relações .....	199:358\$663
4.º Justiças de 1.ª Instancia.....	441:740\$000
5.º Guardas Nacionaes.....	400:000\$000
6.º Telegraphos. ....	8:708\$220
7.º Bispos e Relação Metropolitana.	31:300\$000
8.º Despezas extraordinarias de Po- licia nas Provincias.....	30:000\$000
9.º Eventuaes.....	8:000\$000

#### MUNICIPIO DA CÔRTE.

40. Capella Imperial.....	79:876\$200
41. Parochos.....	44:864\$220
42. Policia e segurança Publica..	50:000\$000
43. Guardas Nacionaes.....	48:300\$000
44. Ditas Municipaes Permanentes.	239:285\$500
45. Lazaros.....	2:000\$000
46. Casa de Correção, e reparos de cadeas.....	88:000\$000
47. Condução, sustento, e ves- tuário de presos.....	22:000\$000
48. Illuminação, cuja administra- ção fica desde já a cargo deste Mi- nisterio.....	108:509\$000
49. Eventuaes.....	8:000\$000
20. Exercícios findos.....	\$

Art. 4.º O Ministro e Secretario de Estado dos  
Negocios Estrangeiros é autorisado para despende



com os objectos designados nos seguintes para-  
graphos a quantia de..... 535:502\$000

A saber:

1.º Secretaria de Estado.....	30:492\$000
2.º Comissão Mixta Brasileira e Ingleza.....	3:909\$000
3.º Dita na Serra Leoa, ao cambio de 67 1/2 .....	4:300\$000
4.º Legação e Consulados, idem..	144:000\$000
5.º Despezas extraordinarias no exterior, idem.....	30:000\$000
6.º Ditas dentro do Imperio em moeda fraca.....	20:000\$000
7.º Diferença entre o dito cambio, e o de 25, por que se calculão as remessas para os pagamentos no exterior.....	303:440\$000
8.º Exercicios findos.....	\$

Art. 5.º O Ministro e Secretario de Estado dos  
Negocios da Marinha é autorisado para despende  
com os objectos designados nos seguintes para-  
graphos a quantia de..... 3.095:087\$053

A saber:

1.º Secretaria de Estado.....	32:800\$000
2.º Quartel General de Marinha..	1:889\$600
3.º Conselho Supremo Militar... .	6:000\$000
4.º Auditoria de Marinha.....	2:340\$000
5.º Corpo da Armada e classes annexas.....	269:492\$592
6.º Dito de Artilharia de Marinha.	79:542\$544
7.º Reformados.....	47:922\$750
8.º Força naval activa, navios des- armados e transportes.....	4.183:047\$200
9.º Imperiaes Marinheiros... .	56:604\$000
10. Hospitaes, ficando elevado á 1:000\$000 o ordenado do Fiel do da Côrte, que passará a denominar-se Almoxarife.....	50:000\$000
11. Arrecadação e contabilidade..	67:794\$000
12. Arsenaes.....	1.030:000\$000
13. Academia de Marinha.....	27:349\$000
14. Escolas.....	4:064\$000

15. Faróes e Barcas de soccorro, incluidos 3:000\$000 para o Farol do Ceará, e deduzida a quantia de 2:000\$ do custeio do da barra do Rio Grande do Sul.....	42:481\$400
16. Obras Publicas.....	80:000\$000
17. Engajamento de estrangeiros, gratificações diversas, transportes de recrutas, ajudas de custo, fretes, etc.	40:000\$000
18. Diferença de soldos a marinheiros engajados em Londres, na Côte, e em diferentes Provincias...	18:000\$000
19. Dita de cambio dos vencimentos das guarnições dos navies de guerra estacionados em portos estrangeiros.....	58:590\$000
20. Exercicios findos.....	\$

Art. 6.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra é autorisado para despende com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de..... 7.485:389\$585

A saber:

1.º Secretaria de Estado e Contadoria a ella annexa.....	47:217\$000
2.º Pagadoria das Tropas da Côte, devendo o Governo preferir os empregados das extintas Pagadorias das Tropas que estiverem em estado de servir.....	44:700\$000
3.º Pagadorias militares nas Provincias, ficando o Governo autorisado para crear as que forem necessarias, e sendo abolidos os Commissarios Fiscaes e seus Ajudantes, não excedendo a despeza com as ditas Pagadorias á somma consignada neste paragrapho.....	24:000\$000
4.º Conselho Supremo Militar.....	23:450\$000
5.º Commando de Armas, incluido o Commando em Chefe, e respectivo Estado Maior do Exercito em operações no Rio Grande do Sul.....	60:378\$140
6.º Escola Militar.....	42:913\$120

7.º Archivo Publico, e Officina Lithographica.....	8:711\$920
8.º Arsenaes de Guerra, e Armazens de artigos bellicos.....	488:870\$240
9.º Aprendizizes menores dos Arsenaes de Guerra, incluidos 50 para o Arsenal da Provincia do Rio Grande do Sul, e sendo elevada a diaria de cada Aprendiz a 240 rs.....	55:644\$200
10. Officiaes do Estado Maior General, e da 1.ª e 2.ª classes.....	119:940\$000
11. Engenheiros.....	49:922\$000
12. Força de Linha, sendo 20.000 praças de pret, e seus respectivos Officiaes.....	3.388:449\$440
13. Sete Companhias de Pedestres.....	84:924\$000
14. Hospitaes.....	81:963\$665
15. Gratificações e forragens a Officiaes de diversas armas.....	34:165\$600
16. Officiaes da 3.ª classe.....	439:500\$000
17. Ditos não qualificados.....	29:485\$200
18. Ditos da segunda Linha que vencem soldo.....	62:237\$490
19. Ditos honorarios, idem.....	12:006\$000
20. Reformados.....	584:056\$430
21. Asylo de Invalidos.....	14:996\$676
22. Obras militares, incluidos 6:000\$ para reparos da Fortaleza dos Reis Magos da Capital da Provincia do Rio Grande do Norte .....	84:800\$000
23. Escaleres do serviço das fortalezas.....	46:537\$836
24. Presidio da Ilha de Fernando.	46:964\$000
25. Luzes de quarteis, Corpos de guarda e fortalezas.....	24:723\$696
26. Barcas de vapor.....	440:000\$000
27. Diversas despesas.....	37:060\$370
28. Pagamentos de cirurgiões contractados para supprirem a falta de Cirurgiões militares.....	45:000\$000
29. Guarda Nacional destacada no Rio Grande do Sul.....	866:874\$040
30. Caixa Militar na mesma Provincia.....	9:376\$400
31. Encarregados dos fornecimentos e depositos de viveres.....	24:340\$000

32. Gratificações de campanha, e terça parte do soldo.....	158:516\$102
33. Etapa aos Officiaes de Linha em campanha.....	40:332\$200
34. Alugueis de armazens de de- positos para viveres, transportes para os mesmos, e outras despesas de fornecimentos eventuaes.....	21:000\$000
35. Bestas de bagagem, e respec- tivas forragens para os Corpos, Es- tado Maior, e Officialidade do Exer- cito em operações no Rio Grande....	40:466\$400
36. Recrutamento e outras des- pezas.....	58:470\$720
37. Compra de armamento.....	100:000\$000
38. Dita de polvora.....	50:000\$000
39. Dita de cavallos.....	120:000\$000
40. Exercicios lindos.....	\$

Art. 7.º O Ministro e Secretario de Estado dos  
Negocios da Fazenda é autorisado para despende  
com os objectos designados nos seguintes paragra-  
phos a quantia de..... 8.783:550\$552

A saber:

1.º Juros da divida externa, e com- missões respectivas, £ 321.740 ao cambio de 43 $\frac{1}{5}$ .....	4.787:444\$000
Diferença entre o dito cambio e o de 25 por que talvez se farão as re- mêssas.....	4.301:260\$000
2.º Juros da divida interna fun- dada.....	2.449:344\$000
3.º Caixa de Amortisação, filial da Bahia, e Empregados da substituição das notas, supprimidos quaesquer vencimentos e gratificações não au- torisados por Lei, menos as de 960\$ para um Ajudante do Corretor; de 960\$ para o Fiel do Thesoureiro; de 4:000\$ para o Cobrador dos bilhetes; de 480\$ para um Amanuense da Caixa; de 480\$ para o Sellador; e de 480\$ para cada um de 4 Amanuenses na substituição das notas.....	38:180\$000

4.º Pensionistas do Estado.....	424:668\$552
5.º Aposentados .....	237:922\$000
6.º Empregados de Reparações ex- tinctas .....	68:837\$000
7.º Thesouro Publico Nacional, supprimidas as gratificações não au- torisadas por Lei, excepto a de 1:200\$ ao Thesoureiro dos ordenados; e 4:000\$ na prestação do <i>Jornal do Commercio</i> ; e ficando creados 2 Pra- cicantes para a Secretaria do The- souro, que serão admittidos na fórma da Lei de 4 de Outubro de 1831.....	73:935\$000
8.º Juizo dos Feitos da Fazenda Nacional.....	56:900\$000
9.º Thesourarias .....	247:000\$000
10. Alfandegas.....	692:000\$000
11. Consulados .....	140:000\$000
12. Mesas de Rendas, Recebedo- rias e Collectorias.....	164:490\$000
13. Casa da Moeda.....	29:200\$000
14. Typographia Nacional.....	27:700\$000
15. Officina das Apolices.....	2:660\$000
16. Administração e custeio de Proprios Nacionaes.....	14:760\$000
17. Almoxarifados existentes.....	4:750\$000
18. Ajudas de custo a Empregados de Fazenda .....	4:000\$000
19. Ao Curador e Escrivão dos Afri- canos livres, ficando arbitrado ao 1.º 1:000\$, e ao 2.º 200\$ pelos actos que praticar fóra da Recebedoria.....	1:200\$000
20. Medição de terrenos de ma- rinhas.....	5:000\$000
21. Premios de letras, commissões, corretagens e seguros.....	200:000\$000
22. Descontos de escriptos das Al- fandegas .....	30:000\$000
23. Juros dos empréstimos dos Cofres dos Orphãos.....	6:000\$000
24. Pagamentos dos mesmos em- préstimos.....	25:000\$000
25. Ditos dos bens de defuntos e ausentes.....	25:000\$000
26. Reposições e restituições de direitos e outros .....	50:000\$000

27. Corte, condução e venda de pão-brasil.....	80:000\$000
28. Obras Publicas.....	80:000\$000
29. Gratificações.....	40:000\$000
30. Eventuaes.....	40:000\$000
31. Supprimentos ás Provincias, na fôrma do art. 49 desta Lei, devendo ser reduzidos á metade no seguinte exercicio de 1844—1845, e cessar to- talmente nos subsequentes.....	475:300\$000
32. Exercicios findos.....	§

---

## CAPITULO II.

### *Da Receita Geral.*

Art. 8.º O imposto de ancoragem estabelecido no art. 9.º § 1.º da Lei de 22 de Outubro de 1836, fica elevado a 50 rs. por tonelada, e será cobrado pela maneira até aqui seguida, com as seguintes limitações.

§ 1.º Os navios que vierem em lastro aos portos do Imperio procurar carregamento, pagarão a mesma ancoragem que hoje pagão, quér tornem a sair em lastro, quér saião carregados.

§ 2.º Os navios que entrarem por escala para refrescar, ou por franquia com o fim de espreitar o mercado, pagarão da mesma fôrma a ancoragem actualmente estabelecida se não descarregarem fazendas para o consumo.

§ 3.º Os navios que entrarem arribados por força maior nada pagarão se só descarregarem o necessario para os reparos; se porém, descarregarem além desta quantidade, pagarão a ancoragem actualmente estabelecida.

§ 4.º Os navios que trouxerem colonos, quér devão pagar a antiga, quér a nova ancoragem, gozarão do favor de uma redução proporcional ao numero de colonos que conduzirem, segundo as bases que forem marcadas nos Regulamentos do Governo, nos quaes designará as qualidades que devem ter os mesmos colonos.

§ 3.º O Governo é autorisado para modificar esta imposição, logo que finde o Tratado com a Grã<sup>a</sup> Bretanha, como parecer mais conveniente, para o fim de se favorecer a navegação nacional de cabotagem e de longo curso, podendo mesmo reduzir o direito de ancoragem sobre as embarcações estrangeiras.

Art. 9.º Fica alliviada deste augmento de imposição toda a embarcação que dentro de um mesmo anno fizer tres ou mais viagens, tendo pago a nova ancoragem correspondente ás duas primeiras.

Art. 10. O imposto das lojas estabelecido pelo Alvará de 20 de Outubro de 1812, e art. 9.º § 4.º da Lei de 22 de Outubro de 1836, fica elevado ao dobro do que actualmente se paga nas Cidades do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão; e nas outras Cidades e Villas do Imperio, e lugares do Municipio da Côte fóra da Cidade, será substituido por uma patente, cujo minimo será de 12\$800, e o maximo de 40\$000 conforme a importancia commercial dos lugares e estabelecimentos. As typographias ficarão tambem sujeitas á patente de 20\$000 a 1:000\$000 segundo a importancia de cada uma.

Art. 11. A taxa de 1\$000 sobre os escravos fica elevada ao dobro em todas as Cidades e Villas do Imperio; e será cobrada no Municipio da Côte de todos os escravos residentes dentro dos limites marcados para pagamento da decima urbana.

Art. 12. O imposto do sello será d'ora em diante de duas especies, proporcional e fixo.

§ 1.º Ao sello proporcional ficarão sujeitos todos os papeis de contractos de dinheiro, como letras de cambio e da terra, escriptos á ordem, e notas promissorias; credits, escripturas, ou escriptos de venda, hypotheca, doação, deposito extrajudicial, e qualquer titulo de transferir a propriedade, ou o usufructo; os quinhões hereditarios ou legados; as quitações judiciaes; os fretamentos, e despachos das Alfandegas, e dos Consulados, as apolices de seguro ou de risco; e os titulos de nomeação expedidos pelo Governo, ou por empregados de sua escolha, por Autoridades Ecclesiasticas, e pelas Mesas das Camaras Legislativas, e das Assembléas Provinciales. Este sello será regulado e cobrado de todo o valor de 50\$000, e dahi para cima pelo modo marcado na tabella A, annexa a esta Lei.

§ 2.º Ao sello fixo ficarão sujeitos:

1.º Não só os papeis que actualmente o pagão, como os processos que correm ante os Delegados, Subdelegados e Juizes de Paz; os livros e protocollos dos Tabelliães e Escrivães de qualquer Juizo; os documentos ou papeis de qualquer especie apresentados em Juizo, ou nas Repartições Publicas. E o respectivo sello será de 60 a 460 rs. por meia folha de papel.

2.º As Cartas e Diplomas que conferirem titulos, tratamento, nobreza, brazão, condecorações honorificas, privilegios, ou outra qualquer mercê; as dispensas de qualquer natureza que sejam; as licenças de qualquer especie, inclusive para jogos licitos; e os Diplomas scientificos e litterarios. E o respectivo sello será de 4\$000 a 400\$000.

3.º As cartas de jogar cujo sello será de 460 rs. por baralho.

§ 3.º O Governo é autorizado para marcar em tabellas que organisará, a taxa do sello fixo sobre cada um dos objectos comprehendidos nos numeros 1 e 2 do paragrapho antecedente, dentro do minimo e maximo nelles indicados, e segundo a importancia de cada um.

Art. 43. As letras de cambio e da terra, escriptos à ordem, e notas promissorias que forem passadas ou emittidas dentro do Imperio, sem que tenham pago o sello marcado na tabeila A, não poderão ser protestadas, nem attendidas em Juizo.

§ 1.º As que forem passadas ou aceitas nos lugares em que não houver Estação fiscal para o sello, poderão ser revalidadas se pagarem o sello nos prazos que o Governo marcar nos seus Regulamentos, aquellas porém que forem passadas ou aceitas nos lugares em que houver a dita Estação, só o poderão ser pagando até o dia anterior ao do vencimento, em vez do sello, 20 % do respectivo valor. Igualmente serão revalidadas as que tendo pago antes de passadas ou aceitas, um sello inferior ao marcado, forem selladas até o dia do vencimento, pagando o tresdobro do sello devido.

§ 2.º E as que forem passadas e emittidas sem previo pagamento do sello, e não forem revalidadas como dispõe o paragrapho antecedente, sómente poderão ser produzidas como documentos para qualquer effeito legal, pagando, em vez do sello, 40 % do respectivo valor.



§ 3.º As disposições do artigo e paragraphos antecedentes são applicaveis ás letras de cambio estrangeiras, ou passadas fóra do Imperio, que forem aceitas, endossadas ou negociadas em qualquer parte do Brasil, sem que tenham pago o sello marcado na tabella A.

§ 4.º Quem negociar, aceitar ou pagar qualquer letra de cambio e da terra, escripto á ordem, ou nota promissoria passada no Imperio, ou qualquer letra de cambio estrangeira, antes de haver pago o sello marcado na tabella, será sujeito pela primeira vez á multa de 40 % do valor da letra, escripto, ou nota, e ao dobro na reincidencia. Se, porém, o negociador da letra, escripto ou nota, fôr Corretor, não só ficará sujeito ao dobro das multas, como na reincidencia ficará inhabil para servir como Corretor.

Art. 44. Todos os papeis, livros, etc., comprehendidos nos §§ 1.º e 2.º do art. 12 ficarão obrigados ao pagamento do sello nos prazos que o Governo marcar nos seus Regulamentos. E depois de findos os ditos prazos, os que não tiverem pago o sello marcado na tabella annexa a esta Lei, e nas que o Governo organizar em virtude do § 3.º do art. 42, não serão attendidos em Juizo.

§ 4.º Serão, porém, revalidados pagando, em vez do sello, 20 % do respectivo valor, os que forem sujeitos ao sello proporcional; e um sello vinte vezes maior do que o marcado nas tabellas os que o forem ao sello fixo. E os que tiverem pago dentro dos referidos prazos um sello inferior ao marcado, serão tambem revalidados pagando o tresdobro do sello competente.

§ 2.º A falta do pagamento do sello dos livros dos Tabelliães e Escrivães não prejudica aos actos escriptos nelles, se esses actos tiverem pago o sello a que estavam sujeitos.

§ 3.º Os Escrivães ou Officiaes Publicos, que escreverem actos, contractos, ou papeis obrigados ao sello, ou que os receberem, e lhes derem andamento sem prévio pagamento d'elle, além das outras penas em que possam incorrer, perderão o officio ou emprego que exercerem.

Art. 45. Ficão isentos do sello estabelecido por esta Lei.

§ 4.º As letras de cambio e da terra passadas, negociadas ou aceitas pelo Governo e seus Delegados, os bilhetes, notas promissorias e quaesquer titulos

de credito emitidos pelo Thesouro Publico; os saques para movimento de fundos de umas para outras Repartições de Fazenda; as transferencias das Apolices da Divida Publica fundada.

§ 2.º Os processos em que forem partes a Justiça ou a Fazenda Publica, sendo, porém, o réo, quando a final condemnado, sujeito ao pagamento do sello respectivo, se não fôr pobre.

§ 3.º As escripturas sujeitas ao pagamento da siza dos bens de raiz, e bem assim as quitações e outros titulos de dinheiro provenientes de contracto, que já tenha pago o devido sello, de sorte que este se não repita em uma mesma transacção. Esta disposição, porém, não é applicavel á reforma das letras de cambio e da terra, ou á novação de qualquer outro contracto de empréstimo de dinheiro.

§ 4.º As mercês conferidas aos militares de terra e mar por serviços extraordinarios de campanha; aos Príncipes e aos subditos estrangeiros que se fizerem dignos da benevolencia do Imperio.

Art. 16. As matriculas dos Cursos Juridicos e Escolas de Medicina ficão elevadas ao dobro do que actualmente se paga.

Art. 17. As casas de leilão e de modas pagarão na razão dupla.

Art. 18. As casas que venderem moveis, roupa, ou calçado fabricado em paiz estrangeiro; as de confeitarias e perfumarias; as de arnação de luxo; e as em que se vendem escravos, pagarão o imposto a que ficão sujeitas as de modas, além do estabelecido no art. 10 desta Lei.

Art. 19. Os cavallos e bestas que entrarem na Cidade do Rio de Janeiro para serem vendidos, ficão sujeitos a um imposto de 4\$000 por cabeça.

Art. 20. Os Despachantes das Alfandegas, não sendo os proprios donos das mercadorias, ou seus caixeiros, pagarão uma patente annual de 100\$000 a 500\$000 na Alfandega da Côte; de 50\$000 a 500\$000 nas da Bahia, Pernambuco, Maranhão e S. Pedro; e de 20\$000 a 40\$000 nas mais Alfandegas do Imperio. Para o lançamento da patente serão os Despachantes divididos em duas classes, reguladas pela importancia dos despachos que fizerem, não podendo ninguém exercer este officio sem que tenha tirado a respectiva patente.

Art. 21. Ficão da mesma sorte sujeitos a um direito de patente annual todos os que exercerem o

officio de Corretores, a qual será de 200\$000 a 1:000\$ na Capital do Imperio; de 100\$000 a 500\$000 nas Cidades da Bahia, Pernambuco e Maranhão, e de 20\$000 nas mais Cidades maritimas do Imperio.

Art. 22. Os bilhetes de loterias, cujo premio for de 1:000\$000, e dahi para cima, pagarão 8 % de imposto para o Estado.

Art. 23. Fica creada a seguinte contribuição extraordinaria durante o anno desta lei.

§ 1.º Todas as pessoas que receberem vencimentos dos Cofres Publicos Geraes, por qualquer titulo que seja, ficão sujeitas a uma imposição, que será regulada pela maneira seguinte:

De	500\$000	a	1:000\$000	2	por cento.
»	1:000\$000	a	2:000\$000	3	»
»	2:000\$000	a	3:000\$000	4	»
»	3:000\$000	a	4:000\$000	5	»
»	4:000\$000	a	5:000\$000	6	»
»	5:000\$000	a	6:000\$000	7	»
»	6:000\$000	a	7:000\$000	8	»
»	7:000\$000	a	8:000\$000	9	»
»	8:000\$000	para cima		10	»

§ 2.º Ficão exceptuados da regra estabelecida no paragrapho antecedente os vencimentos das praças de pret de terra e mar, e os vencimentos dos militares em campanha.

§ 3.º Na palavra vencimentos se comprehendem quaesquer emolumentos que se perceberem nas Secretarias, ou Estações Publicas.

§ 4.º O Governo estabelecerá o modo de arrecadar-se esta nova imposição.

Art. 24. A Receita Geral do Imperio, comprehendidas as imposições creadas nos artigos antecedentes, e as rendas de applicação especial, que no anno desta Lei o Governo é autorizado para tomar por emprestimo, é orçada na quantia de 21.200:000\$000.

Art. 25. Esta Receita será effectuada com o producto da Renda Geral arrecadada dentro do exercicio da presente Lei, sob os titulos abaixo designados:

1.º Direitos de 15 % de consumo, ficando substituidos os que pagava o sal estrangeiro (bem como os de expediente e armazenagem adicional) pela taxa de 240 rs. por alqueire.

2.º Ditos de 18 1/2 % sobre os vinhos e bebidas espirituosas.

- 3.º Ditos de 50 % da polvora.
- 4.º Ditos de 50 % do chá.
- 5.º Ditos de 5 % dos relógios, joias, etc.
- 6.º Ditos de 2 % de reexportação e baldeação.
- 7.º Ditos de 13 % addicionaes de baldeação e reexportação para a Costa d'Africa.
- 8.º Expediente das Alfandegas 1 1/2 %, excepto do sal estrangeiro.
- 9.º Dito dos generos do paiz 1/2 %.
10. Armazenagem 1/4 %.
11. Premio de assignados 1/2 %.
12. Multa por infracção dos Regulamentos e faltas de manifestos.
13. Ancoragem.
14. Direitos de 15 % das embarcações estrangeiras que passam a nacionaes.
15. Ditos de 7 % de exportação.
16. Ditos de 2 % dos objectos exceptuados.
17. Ditos de 1/2 % dos metaes amodados.
18. Ditos de 15 % nos couros (S. Pedro).
19. Expediente das Capatazias.
20. Taxa do Correio Geral.
21. Braçagem do fabrico das moedas de ouro e prata.
22. Contribuição para o Montepio.
23. Cobrança de divida activa, inclusive metade da de Rendas Provinciaes anterior ao 1.º de Julho de 1836.
24. Direitos novos e vellos dos empregos e officios geraes e de Chancellaria.
25. Dizima da dita.
26. Decima de uma legua além da demarcação.
27. Dita addicional das corporações de mão morta.
28. Emolumentos de certidões.
29. Fóros de terrenos e de marinhas, excepto das do Municipio da Côte.
30. Impostos sobre a mineração.
31. Joias das ordens-honorificas.
32. Juros de Apolices.
33. Laudemios.
34. Matriculas dos Cursos Juridicos e das Escolas de Medicina, e venda de cartas de Bachareis.
35. Multa das Academias.
36. Renda diamantina, de Proprios Nacionaes, dos Arsenaes e estabelecimentos de administração geral.
37. Siza dos bens de raiz.
38. Sello do papel fixo e proporcional.

39. Productos da venda de Proprios Nacionaes, páo-brasil, polvora e outros generos de propriedade Nacional sujeitos a administração geral.

40. Agio de moedas e de metaes.

41. Alcances de Thesoureiros e Recebedores.

42. Bens de defuntos e ausentes.

43. Emprestimo do cofre dos orphãos.

44. Indemnisação pela arrecadação de rendas.

45. Dita pela medição de terrenos de marinhas.

46. Reforma de Apolices  $1\frac{1}{4}\%$ .

47. Dons gratuitos.

48. Reposições e restituções.

49. Salarios de Africanos livres.

50. Imposto de  $8\%$  sobre os premios dos bilhetes de loterias.

51. Desconto nos vencimentos recebidos dos Cofres Publicos Geraes.

52. Licenças dos Despachantes das Alfandegas e Corretores.

53. Taxa dos cavallos e bestas que entrão no Municipio.

54. Imposto sobre as casas em que se vendem moveis, roupa, etc.

55. Remanecentes de Depositos e Caixas Publicas.

56. Depositos diversos.

#### *Especiaes do Municipio da Corte.*

57. Decima dos predios urbanos.

58. Dizimos.

59. Emolumentos de Policia.

60. Imposto de patente no consumo da aguardente.

61. Dito no gado de consumo.

62. Dito nas casas de leilão e de modas.

63. Meia siza dos escravos.

64. Sello de heranças e legados.

65. Terças partes de officios.

66. Rendimento do evento.

#### *Rendas com applicação especial.*

67.  $3\frac{1}{2}\%$  de armazenagem addicional, excepto do sal estrangeiro.

68.  $8\%$  das loterias.

69. Imposto sobre as lojas, etc.

70. Dito sobre seges.

71. Dito sobre barcos do interior.

72. Dito de 5 % na compra e venda de embarcações.

73. Cobrança de divida activa destas rendas.

74. Productos dos contractos com as novas Companhias de mineração.

75. Dito da moeda de cobre inutilisada.

Art. 26. O deficit reconhecido na presente Lei, e o que mais possa provir de deficiencia da Receita orçada, será preenchido com emissão de Apolices, ou bilhetes do Thesouro, como anticipação de Receita.

### CAPITULO III.

#### *Disposições geraes.*

Art. 27. De Janeiro de 1844 em diante ficão sujeitas á multa de 30\$000 por tonelada toda e qualquer embarcação que levar pão-brasil por contrabando dos portos do Imperio para os estrangeiros, uma vez que se prove que para alli conduzira o dito genero.

Art. 28. A Junta da Caixa de Amortização fica autorisada para suspender as transferencias de Apolices da Divida Publica, durante o tempo necessario para se processarem as folhas dos juros de cada semestre, não excedendo o prazo da suspensão a dous mezes, o qual se fará publico com anticipação sufficiente.

Art. 29. E' prorogada ao Governo por mais um anno a autorisação concedida pelo art. 17 da Lei de 30 de Novembro de 1841 n.º 243, para alterar os Regulamentos ácerca dos impostos de meia siza, e taxa dos escravos, decima urbana, decima de heranças e legados, dizima da Chancellaria, bens de defuntos e ausentes, e Correios, conforme o dictar a experiencia.

Art. 30. Fica revogado o art. 13 da sobredita Lei n.º 243, na parte em que fixou o maximo para o imposto das patentes sobre a aguardente de produção do paiz. Nesta imposição estão comprehendidos todos os productos feitos com aguardente daquella origem.

Art. 31. Os estrangeiros estão comprehendidos, como os nacionaes, na disposição do Alvará de 17 de

Junho de 1809, relativa á decima das heranças e legados.

Art. 32. O Governo é autorizado para vender em hasta publica, a dinheiro á vista, ou em troco de Apolices da Divida Publica, os escravos da Nação, que não convier conservar, precedendo avaliação e renunciando-se a arrematação com a necessaria antecedencia.

Art. 33. O Governo regulará a escripturação das rendas applicadas pelo modo que julgar mais conveniente, não obstante a disposição do § 3.º do art. 6.º da Lei n.º 231 de 13 de Novembro de 1841.

Art. 34. Nos futuros orçamentos a tabella da Receita Geral trará a comparação do producto arrecadado nos tres ultimos annos com o orçado para o anno futuro; e na parte relativa á despeza se orçarão miudadamente as parcellas de cada verba em cada Ministerio, apontando-se a Lei que autorisa a despeza. Esta parte do Orçamento conterá duas columnas de algarismos, em que se compare o orçado no anno da Lei com o do anno precedente, explicando-se em notas a razão da differença, quando a haja.

Art. 35. Fica creado um Registro geral de hypothecas, nos lugares e pelo modo que o Governo estabelecer nos seus Regulamentos.

Art. 36. Ficão pertencendo aos Proprios Nacionaes as Estancias e mais terrenos dos Indios da Comarca de Missões no Rio Grande do Sul, sendo distribuida, porém, pelos Indios que restão uma parte dos mesmos terrenos que fôr sufficiente para sua cultura.

Art. 37. E' concedido á Provincia de Santa Catharina o Proprio Nacional denominado—Quarteis Velhos—para nelle se construir uma casa para as sessões da Assembléa Legislativa da mesma Provincia.

Art. 38. A Santa Casa da Misericordia da Provincia do Pará fica alliviada do pagamento de 4:066\$300, que devia á Fazenda Publica de Dizimos de gado, pertencentes aos annos de 1825 a 1827.

Art. 39. Os descontos dos ordenados dos empregados publicos, que faltarem ao serviço sem motivo justificado, reverterão em beneficio dos Cofres do Estado.

Art. 40. Fica revogado o art. 3.º da Lei de 28 de Novembro de 1831, e bem assim o art. 54 da de 15 do mesmo mez e anno, na parte em que estabelece doutrina semelhante á daquelle artigo.

Art. 41. Fica da mesma sorte revogada a Resolução de 24 de Outubro de 1832, que tornou livre a praticagem da barra do Rio Grande do Sul, e autorisado o Governo para expedir os Regulamentos convenientes para a mesma praticagem.

Art. 42. O Governo é autorisado para fazer a despesa que necessaria fôr com o pessoal e material indispensaveis para levar a effeito a disposição que estabelece o sello proporcional; ficando dependente da approvação da Assembléa Geral a que fôr creada com o pessoal.

Art. 43. As Apolices dos empréstimos até agora decretados pela Assembléa Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, gozarão dos mesmos privilegios de que gozão as Apolices do Governo Geral.

Art. 44. É prorogada ao Governo por mais seis mezes a faculdade para reformar as Secretarias de Estado, a fim de se fixar o numero de seus empregados, reduzindo-o ao que fôr strictamente necessario; regular-se melhor a divisão dos trabalhos; alterar-se a tabella dos emolumentos, igualando estes entre umas e outras Secretarias, depois de diminuidos conforme fôr conveniente; regular-se a distribuição dos mesmos emolumentos; e para tudo o mais que o serviço publico exigir; com tanto que não se augmentem os ordenados, e menos se concedão gratificações.

Art. 45. O Governo poderá usar, desde já, e durante o tempo desta Lei, da authorisação concedida pelo § 1.º do art. 40 da Lei n.º 243 de 30 de Novembro de 1841, com tanto que da elevação de direitos, antes que finde o Tratado em vigor, não resulte monopolio a favor de nação alguma.

Art. 46. O Governo é autorisado para arrematar algum ou alguns ramos de Renda Publica, em que esse systema possa ser mais vantajoso aos interesses do Estado, com tanto, porém: 1.º que a arrematação se não faça com menos de 40 % sobre o maior rendimento que tiver produzido o artigo da renda que se arrematar; e 2.º que o tempo da arrematação não exceda de tres annos.

Art. 47. A arrecadação do imposto de 40 réis sobre canada de aguardente do paiz, creado para renda da Camara Municipal da Côrte, será feita pela Recbedoria do Município nas mesmas épocas, e pela mesma maneira por que o fôr o imposto de patente sobre o dito genero: sendo o producto entregue á Camara



à proporção que se fôr arrecadando, e sem deducção de porcentagem para os empregados da Recebedoria.

Art. 48. O Governo é autorizado para estabelecer multas até 200\$000 nos Regulamentos que fizer para a boa execução desta lei.

Art. 49. O supprimento às Provinces estabelecido pelo art. 7.º § 31, será regulado pela seguinte fórma, a saber:

A	Provincia da bahia.....	442:000\$000
»	de Pernambuco....	402:000\$000
»	de Minas .....	57:600\$000
»	do Maranhão.....	42:300\$000
»	das Alagoas.....	22:000\$000
»	de Mato Grosso.....	22:000\$000
»	de Goyaz.....	49:600\$000
»	do Espirito Santo.....	46:400\$000
»	do Piahy.....	9:800\$000
»	de Sergipe.....	44:400\$000
»	do Rio Grande do Norte.	42:000\$000
»	da Parahyba.....	44:000\$000
»	do Ceará.....	21:000\$000
»	de Santa Catharina.....	7:200\$000

Art. 50. A presente lei regerá tambem no Exercício de 1844—1845, devendo, porém, o Governo reduzir as despezas dos Ministerios da Guerra e Marinha, no caso de terminar a guerra do Rio Grande do Sul; e bem assim as essencialmente pertencentes ao anno desta lei, e as que são votadas por uma só vez.

Art. 51. Ficão em vigor todas as disposições das Leis de orçamento antecedentes, que não versarem particularmente sobre a fixação da Receita e Despeza, e não tiverem sido expressamente revogadas.

Art. 52. Ficão revogadas as leis e disposições em contrario.

TABELLA A.

*Primeira Classe. Letras de cambio, escriptos á ordem, e notas promissorias.*

Valor das letras, escriptos e notas.				Sello a menos de 2 mezes.	Sello a mais de 2 mezes.	Sello das estrangeiras.
De	50\$	a	200\$	100	160	Metade do que paga-rem as nacionaes.
»	200\$	a	500\$	160	320	
»	500\$	a	2:000\$	400	4\$000	
»	2:000\$	a	5:000\$	4\$200	3\$000	
»	5:000\$	a	8:000\$	2\$400	5\$000	
»	8:000\$	a	11:000\$	3\$400	7\$000	
»	11:000\$	a	14:000\$	4\$400	9\$000	
»	14:000\$	a	17:000\$	5\$400	11\$000	
»	17:000\$	a	20:000\$	6\$400	13\$000	
»	20:000\$	para cima.		7\$400	15\$000	

*Segunda Classe. Creditos, escripturas ou escriptos de venda, hypotheca, doação, deposito extra-judicial, e de qualquer titulo de transferir a propriedade ou o usufructo; os quinhões hereditarios e legados; as quitações judiciaes.*

Valor dos titulos.				Sello.
De	50\$000.....	a	.....	150\$000 100
»	150\$000.....	a	.....	300\$000 200
»	300\$000.....	a	.....	600\$000 400
»	600\$000.....	a	.....	1:200\$000 800
»	1:200\$000.....	a	.....	2:400\$000 1\$600
»	2:400\$000.....	a	.....	5:000\$000 3\$000
»	5:000\$000.....	a	.....	6:000\$000 4\$000

Nos valores superiores, 4\$000 sobre cada 1:000\$000 até o maximo de 1.000:000\$000; desta somma para cima será o sello de 1:000\$000.

*Terceira Classe. Objectos abaixo declarados.*

Apolices de seguro ou de risco.  $\frac{1}{8}$  de 1 % do respectivo valor.

*Despachos pelo Consulado.*

Para fóra do Imperio.....  $\frac{1}{10}$  » { sobre qualquer valor  
Para dentro .....  $\frac{1}{20}$  » { de 100\$, e para cima.

*Despachos pela Alfandega.*

Para consumo.....  $\frac{1}{10}$  » {  
Para reexportação, baldeação, ou { Idem.  
para dentro do Imperio.....  $\frac{1}{20}$  » {

Titulos de nomeação expedidos { Do ordenado ou lota-  
pelo Governo, ou Empregados { ção, comprehen-  
de sua escolha, Autoridades { didos os emolu-  
Ecclesiasticas, etc..... 1 % { mentos.

*Afretamento de navios.*

Para fóra do Imperio .....  $\frac{1}{5}$  de 1 % { Sobre o valor de  
Para dentro .....  $\frac{1}{10}$  » { frete.

Mandamos portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir, e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte um de Outubro de mil oitocentos quarenta e tres, vigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Imperador com Rubrica e Guarda.

*Joaquim Francisco Vianna.*

*Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, orçando a Receita e fixando a Despeza Geral do Imperio para os exercicios de 1843—1844 e 1844—1845, e dando outras providencias, como nella se declara.*

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Joaquim Diniz da Silva Faria a fez.

*Honorio Hermeto Carneiro Leão.*

Sellada na Chancellaria do Imperio em 23 de Outubro de 1843.

João Carneiro de Campos.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 24 de Outubro de 1843.

João Maria Jacobina.

Registrada na mesma Secretaria a fl. 422 do Livro 4.º de semelhantes. Rio em 24 de Outubro de 1843.

Luiz de Almeida Cunha.



DECRETO N. 318 — de 24 de Outubro de 1843.

Approva a pensão annual de cem mil réis, concedida a Maximiano Baptista.



DECRETO N. 319 — de 24 de Outubro de 1843.

Approva a pensão annual de trezentos e sessenta mil réis, concedida a D. Eufrazia Marques Lisboa, e a seus filhos repartidamente.



DECRETO N. 320 — de 24 de Outubro de 1843.

Approva a pensão annual de duzentos sessenta e quatro mil réis, concedida a D. Gertrudes Maria de Souza e Carvalho, comprehendido o meio soldo a que tem direito.

